

ACERVO DIGITAL FUNDAJ

Carta aos abolicionistas ingleses

Fundação Joaquim Nabuco

www.fundaj.gov.br

Cartas aos
Abolicionistas
Ingleses

Nabuco, Joaquim, 1849-1910

Cartas aos abolicionistas ingleses. / Organização e apresentação de José Thomaz Nabuco. — Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1985.

82 p. (Documentos, 23)

ISBN 85-7019-071-9

1. NABUCO, Joaquim, 1849-1910 - CARTAS

2. ABOLIÇÃO

I. Título

II. Série

CDU 92 (Nabuco, Joaquim) 044

326.8

Cartas aos Abolicionistas Ingleses

Joaquim Nabuco

**ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE
JOSÉ THOMAZ NABUCO**

**FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
EDITORA MASSANGANA
Recife - 1985**

ISBN 85-7019-071-9

Copyright © by Rhodes House Library

A Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco agradece à Rhodes House Library o fornecimento dos originais da correspondência entre Joaquim Nabuco e a British Anti-Slavery Society, em microfilmes para esta edição brasileira. Aos interessados informa-se que os originais das cartas, constantes nos arquivos da British Anti-Slavery Society encontram-se a disposição dos mesmos na Rhodes House Library — South Parks Road, Oxford OX1 3 RG — Telephone Oxford (0865) 55762 - Telex 83656.

Direitos reservados para esta edição à Editora Massangana - Fundação Joaquim Nabuco - Av. Dois Irmãos, 15 - Apipucos

Fundação Joaquim Nabuco - Instituto de Informática - Editora Massangana
Rua Dois Irmãos, 15 - Apipucos
50.000 - Recife - PE - Brasil

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Conselho Editorial

Fernando de Mello Freyre (Presidente)

Dirceu Pessoa

Edson Nery da Fonseca

Joaquim Falcão

Luiz Antônio Marcuschi

Maria do Carmo Tavares de Miranda

Sebastião Vila Nova

Ilustração da capa: *J. B. Debret, et la Vitesse de Portes, delt. Petit Moulin a Sucre Portatif. Lit. de Thierry Frères, Succ.^{rs} de Engelmann, & Cie.*

Capa: *Rejane Vieira Pinto*. Composição: *Maria do Carmo Oliveira*. Arte-final: *Edmundo Bentzen*. Normalização e Revisão: *Conceição Luna, Rosa Martins e Evaldo Donato*. Programação Visual: *Estúdio de Arte*.

SUMÁRIO

Apresentação	7
Os escravos do Morro Velho	9
A Imigração Chinesa	13
Um Prazo para a Abolição	13
A Sociedade Brasileira Contra a Escravidão	16
A Candidatura pelo Rio	17
O Congresso de Milão	19
A Depuração de Nabuco	21
A Derrota Eleitoral	27
Nabuco na Imprensa	31
Carta ao "Times"	32
O Êxito Merecido	36
A Visita do Papa	37
Treze de Maio	38
Considerações Finais	39
Correspondência	42

APRESENTAÇÃO

Por ocasião das comemorações da fundação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, no Recife, Pernambuco, José Thomaz Nabuco proferiu, na sede daquele Instituto, uma conferência sobre o tema "Nabuco e os abolicionistas ingleses" cujo texto transcrevemos a seguir:

"Meus Senhores"

Antes de mais nada quero agradecer ao Instituto Joaquim Nabuco, ao seu Diretor Executivo, Dr. Fernando Freyre e ao Presidente do seu Conselho Diretor, o sociólogo e antropólogo Dr. Gilberto Freyre, cujos méritos não preciso declinar, a honra que fazem a mim, um advogado, ¹ sem foros de escritor ou historiador, a honra de ocupar uma das tardes destinadas à semana de comemorações da fundação do Instituto.

Escolhi como meu tema "Nabuco e os Abolicionistas Ingleses" porque há pouco tempo tive a boa sorte de obter cópia das cartas que Nabuco escreveu à *British and Foreign Anti-Slavery Society* durante

1 Eu havia escrito: "um simples advogado" mas depois risquei fora a palavra "simples" porque não acho pouco ser advogado.

a campanha abolicionista. As da Sociedade a ele já estavam aqui no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, que teve a bondade de me mandar cópias para que eu pudesse compor esta palestra.

A Anti-Slavery Society foi fundada em 1823 por Wilberforce, Buxton e outros. Ao tempo do movimento abolicionista no Brasil, já havia conseguido seus fins nas colônias britânicas, mas trabalhava ainda pelos egípcios e muçulmanos, acompanhando também de longe os acontecimentos políticos no Brasil. (Carolina Nabuco, "A vida de Joaquim Nabuco", 1a. edição, pág. 128).

A Sociedade ainda existe e trabalha contra alguns poucos redutos de escravidão que subsistem em certos países primitivos, mas está com os seus recursos financeiros muito reduzidos. Para conseguir fundos com que manter a sua tarefa, vendeu os seus arquivos à Universidade de Oxford, onde hoje se encontram na Bodleian Library. É lá que fui buscar o microfilme, entregue com mil resguardos, de que não seria reproduzido sem consentimento, e pedido de que lhes dessem notícia de qualquer trabalho em que as cartas fossem utilizadas.

Assim trago hoje a esta sala uma correspondência inteiramente inédita de Nabuco, extremamente expositiva ao principal correspondente na Sociedade, da sua ação na campanha abolicionista.

As cartas são escritas em inglês e Nabuco é modesto ao apreciar os seus conhecimentos lingüísticos:

"Eu não sei" — diz ele a Allen, — "escrever em inglês de um modo que se possa apresentar ao público, mas encontrarei alguém versado em gramática que possa corrigir a minha contribuição. Acho que isso seria um grande serviço prestado à causa da emancipação, e esta é a razão pela qual não me encolho diante dela, e peço desculpas por não poder fazer melhor".

O seu amigo Allen não está muito de acordo com isto e lhe escreve sobre o artigo que Nabuco lhe pedia para publicar com aquelas excusas quanto ao seu inglês:

"Estamos mandando compô-lo", diz Allen, "com uma ou duas alterações verbais *muito ligeiras* (sublinhado) feitas a bem da eufonia, mas preciso assegurar-lhe que o seu inglês é quase tão bom quanto o de um inglês. De fato é muito melhor do que muitos de nós sabemos escrever".

A primeira das suas cartas à Sociedade, foi escrita em 8 de abril de 1880 e Nabuco já nos dá a conhecer a sua posição quanto à escravidão:

"Coloco o interesse da emancipação acima de qualquer outro; e lhe dou primazia sobre compromissos ou filiações partidárias. Comparada com essa grande reforma social, que estenderá os direitos de liberdade, propriedade, família e consciência, à raça que produz mais de dois terços das exportações brasileiras, qualquer outra reforma política desaparece".

No fim do ano de 1880, Nabuco parte para a Inglaterra, em férias, esperando estar com o seu amigo e chefe, o Barão de Penedo, em cuja legação já servira como adido, durante mais de um ano.

Infelizmente, quando chega a Bordeus, tem a notícia de que Penedo estava no sul da França e lhe escreve:

"Entre os motivos que me trouxeram à Europa, acredite-me não é o último nem o menor o desejo de vê-lo. A notícia que se achava em Nice surpreendeu-me muito desagradavelmente . . . Até à última hora hesitei se iria logo abraçá-lo, mas o conhecimento que tenho da sua pessoa e de mim mesmo fez-me recuar diante da hipótese de vir à Europa para ficar em Nice. Sou hoje o homem de uma idéia, ainda não um fanático ou um missionário, mas um soldado firme no seu posto. Em Londres posso fazer muito mais pela causa do que sob os laranjais do Mediterrâneo". (Cf. Carolina Nabuco, pág. 125-126).

OS ESCRAVOS DO MORRO VELHO

As relações de Nabuco com a *British and Foreign Anti-Slavery Society*² começaram com uma carta dessa sociedade, felicitando-o pela sua atitude no caso dos escravos da Companhia de Mineração do Morro Velho.

A São João del Rey Mining Company, mais conhecida como a Companhia do Morro Velho³ comprou em 1845 terras à Companhia

2 Ela incluiu a palavra "foreign" no seu nome por causa dos seus interesses em outros países, que não os do Império Britânico e, talvez, por ter numerosos sócios correspondentes estrangeiros.

3 Ela ainda hoje existe e trabalha em Nova Lima, mas pertence a brasileiros.

Cattas Brancas e arrendou os escravos que nelas trabalhavam, com a condição de libertar os de maior idade de 14 anos e os menores quando atingissem 21 anos.

Ao se aproximar o fim dos quatorze anos, as duas Companhias prorrogaram o contrato de arrendamento dos escravos, reduzindo a termos insignificantes a sua libertação.

Em 1879 o caso veio a público e Nabuco, que acabava de ser eleito deputado, fez um discurso invectivando a companhia inglesa pelo seu procedimento.

Elementos abolicionistas propuseram uma ação contra a Companhia, em nome dos escravos, exigindo a sua liberdade e o pagamento dos seus salários, desde o dia em que o cativo devia ter terminado.

A Companhia defendeu-se dizendo que o contrato era particular, nunca chegara ao conhecimento dos escravos e podia, portanto, ser alterado à vontade das partes.

O Juiz não entendeu dessa forma. Houve recurso e na segunda instância a Companhia foi condenada não só a libertá-los como a pagá-lhes os vencimentos atrasados desde o dia em que deveriam ter sido libertados pelo primeiro contrato.

A questão encerra um problema jurídico de estipulação a favor de terceiro, que me permitirei expor pela atração que exerceu sobre mim as questões de direito.

Pelo nosso Código Civil, se duas partes fazem uma estipulação a favor de um terceiro, não podem mais voltar atrás, a não ser que o contrato tenha declarado expressamente que o benefício era revogável.

No direito antigo não sei se era assim. Tenho a impressão, por um comentário de João Luiz Alves, que não era, e que a estipulação podia ser revogada a não ser que constasse de registro público.

Mas, em todo o caso, o direito proclamado pelos tribunais na ocasião foi o que veio a se integrar na nossa legislação civil atual e o episódio serviu para fomentar a campanha abolicionista.

Nabuco agradece à Sociedade pelas felicitações recebidas em longa carta, que tem data de 8 de abril de 1880. Notemos a gentileza com que ele se refere à Inglaterra:

"O fato de uma grande companhia inglesa ter-se prestado durante vinte anos a ser o instrumento principal da escravidão ilegal de centenas de homens cuja liberdade havia sido solenemente prometida por um contrato público, em parte alguma poderia suscitar tanta indignação quanto na Inglaterra. É por isso que a São João de Rey Mining e seus cúmplices nunca tiveram adversários mais constantes e irreconciliáveis do que os representantes de Sua Majestade Britânica no Brasil.

"Eu estava perfeitamente ciente na ocasião de que estava prestando um serviço tanto à nação inglesa quanto aos escravos do Morro Velho, denunciando a espoliação da liberdade humana, perpetrada por uma importante empresa de mineração de ouro da América do Sul sob o signo da bandeira inglesa.

"Tinha eu, em vista, apenas chamar a atenção do país para aquele escandaloso conluio e lhe dar a maior publicidade possível. De fato a Justiça depois desse passo não podia se fazer demorada. Compartilho com o maior entusiasmo o louvor que o Senhor tece ao digno Magistrado, cujo nome peço licença para mencionar, o Juiz Frederico Augusto Álvares da Silva, que por sua sentença afirmou o direito dos negros da Catta Branca à sua liberdade e ao seu salário por uma forma, estou seguro, que não será alterada daqui por diante. Infelizmente é muito lamentável e o caso deveria ser investigado que dos 380 escravos que em 1845 conseguiram a justo título, um direito perfeito, à sua liberdade (os menores quando atingissem 21 anos, os outros depois de 14 anos de serviços prestados), somente 123 apareçam agora para receber as suas cartas de alforria das mãos da Justiça Pública".

Da decisão de primeira instância houve recurso de parte a parte.

Em 23 de outubro de 1881, Nabuco escreve à Sociedade dando notícias do andamento do processo:

"A sentença da Corte de Apelação de Ouro Preto foi anulada e a Corte de Apelação do Rio proferirá nova sentença a respei-

to dos salários atrasados e do direito de alforria por força do contrato de 1845. A importância do acórdão que ordenou a revisão da sentença mineira está principalmente em que pela sentença de Ouro Preto os negros foram considerados livres pela alforria que a Morro Velho lhes deu em 1880 e não pelo contrato de 1845, ao passo que o Supremo Tribunal diz que o seu direito à liberdade vem desde a data do contrato entre a Catta Branca e a Companhia Morro Velho nesse último ano. É também muito importante que na Suprema Corte se tenha proposto mover um inquérito oficial contra os representantes da Morro Velho por terem reduzido gente livre, *de cuja liberdade estavam ao par*, à escravidão, matriculando-os como escravos em 1872. Esse foi o voto, como o Senhor verá no acórdão, dos Ministros da Suprema Corte *Silveira A. Sá e João Lobo*. O Tribunal não ordenou a instalação de processo crime simplesmente porque tecnicamente não encararam do mesmo modo o crime de reduzir pessoas à escravidão, quando elas estão já livres e quando têm o direito mais claro e incontestável que é o à liberdade. Esse é um fundamento puramente técnico e não significa que os Ministros que votaram contra a instauração do processo penal tenham divergido seus colegas, que insistiram por ele, quanto à existência de um conluio para manter na escravidão homens que deveriam ter sido libertados há vinte e dois anos atrás".

Em carta de 16 de julho de 1882, Nabuco felicita Allen e à Sociedade contra a Escravidão pela sentença final proferida contra a Companhia do Morro Velho e a favor dos escravos.

Em 22 de julho de 1882, Allen escreve a Nabuco dizendo que está preocupado com uma frase deste de que os escravos de Catta Branca talvez por 10 ou 20 libras assinassem uma quitação geral de todos os seus salários atrasados e transmite a impressão de Mr. Sturge, Presidente da Sociedade, de que se deveria dar curador a esses pretos. Ele se dispõe a fazer face às despesas de telegramas e de correio ou de custas até o máximo de 10 libras. Naquele tempo essa quantia era bem mais do que hoje, talvez dez vezes maior, correspondendo, digamos, a Cr\$ 1.500,00. Não é muito, mas às vezes com pouco se defendem grandes causas e se conseguem grandes resultados.

Em 21 de julho de 1883 Allen agradece a Nabuco ter-se dado ao trabalho de transmitir ao Governo brasileiro palavras da Socieda-

de pedindo-lhe que cobrasse da São João del Rey Mining Company os salários dos 220 escravos que morreram na servidão, quando já deveriam ter sido libertados.

E já que estamos falando de finanças, em 13 de junho de 1884 Allen escreve a Nabuco dizendo que a Sociedade está quase falida, só lhe restando 100 libras e pergunta se algum abolicionista no Rio não desejaria enviar-lhe uma contribuição.

O formalismo dessa carta faz desconfiar que talvez o iniciador da idéia tenha sido o próprio Nabuco.

A IMIGRAÇÃO CHINESA

Na carta de 8 de abril de 1880, Nabuco, além de agradecer as felicitações que recebia pela sua atitude em favor dos escravos de Morro Velho, agradece o apoio que a Sociedade anti-escravagista lhe dava com relação à importação de coolies da China, que o Governo Sinimbu pretendia realizar para aliviar o problema da falta de braços nas províncias do sul do país e que Nabuco também combatia:

“Acho, como os Senhores, que qualquer contrato de trabalho celebrado com a China rapidamente degeneraria numa situação de escravidão para os contratados, qualquer que seja o país para onde se dirijam. Oponho-me à idéia de sustentar artificialmente as grandes propriedades agrícolas substituindo pelo asiático o decadente apoio africano. O plano entretanto parece ter encontrado um obstáculo insuperável, na recusa do Império Celestial, pelo seu governo, de celebrar qualquer tratado que permita que a emigração dos seus súditos se transforme em negócio”.

UM PRAZO PARA A ABOLIÇÃO

Na mesma carta escrita em 1880, Nabuco anuncia que vai apresentar um projeto de lei estabelecendo a data limite de 1o. de janeiro de 1890 para a completa abolição da escravidão no Império:

"Sei que tão largo prazo é uma transigência, mas é necessária. É o único meio de superar as dificuldades que ainda são muito grandes. . . Um prazo pré-fixado, como esse de 1o. de janeiro de 1890, deixa tempo aos fazendeiros para preparar a grande evolução, e ao mesmo tempo desperta nos corações dos escravos uma esperança inestimável, de um preço infinito, que lhes tornará a vida cada vez menos árdua, a cada passo de tempo que os aproxime da sua liberdade.

"Esse projeto não se tornará lei este ano, mas será apresentado em todas as sessões. Numa Câmara Liberal, por mim ou por algum dos meus amigos. Numa Câmara Conservadora por algum abolicionista destacado, como o Sr. Gusmão Lobo, e irá aumentando cada vez em votos até que afinal triunfe. Como a data não será alterada, cada adiamento tornará o período de transição mais curto, mas não será por nossa culpa. A fronteira da próxima década não será atravessada no Brasil, espero, com um só homem escravo.

"A esperança que aqui manifesto encontrará certamente a simpatia do Imperador, que não pode senão estar sinceramente desejoso de deixar à sua filha um país livre, da escravidão, pois ele já teve quarenta anos de reinado para fazer aquilo que o Czar Alexandre II da Rússia fez em seis, não para um milhão, mas para quarenta milhões dos seus súditos, contra riscos terríveis e resistências sociais inigualáveis, sem dispor, de fato de maior força do que tem o nosso Imperador.

"Teremos, além disso, do nosso lado a generosidade do caráter nacional e, principalmente, a cumplicidade dos senhores de escravos, que por sentimentos humanitários estão se tornando, cada vez mais, os melhores obreiros da emancipação.

"A lei feita pelo Visconde do Rio Branco na sua administração não foi certamente uma transação entre duas soberanias independentes, o Estado e a escravidão. Não foi um contrato *do ut des*, nem um tratado de aliança. Foi, como qualquer outro, um ato legislativo a ser submetido à prova da experiência e, pela sua própria natureza, apenas um precursor da solução definitiva. Ela abalou o edifício tradicional, expôs as suas fundações seculares e agora a queda tem que vir. No último Governo o movimento foi freado por algum tempo, mas o Gabinete caiu

e a emancipação continua de pé. Que melhor sinal do espírito público do que a liberalidade particular de grandes e pequenos proprietários, deixando em seus testamentos a liberdade aos seus escravos e distribuindo terras entre eles? Cada dia um novo nome se inscreve no livro de ouro, cujas páginas todo brasileiro tem orgulho de ler. Que melhor sinal também do que a posição assumida pelos principais jornais do país, todos favoráveis à emancipação, como o Jornal do Commercio, cuja defesa do fundo de resgate honra o nosso jornalismo, e a Gazeta de Notícias, sempre aberta a qualquer reforma social? Toda a generosidade do país está levantada, desde muito tempo, a favor de uma abolição progressiva. Em qualquer lugar, nos comícios públicos ou nas galerias no Parlamento, cada palavra sobre a abolição desperta aplausos e uma verdadeira popularidade se liga à memória daqueles que foram os precursores da idéia e a cada estadista que procura construir a grandeza do país sobre um solo livre. Finalmente podemos contar com um tardio mas poderoso contingente quando todos aqueles que descendem dos escravos compreendam o dever que a herança lhes impõe para com a causa que defendemos.

“O fato continua, mas o direito passou, disse meu Pai, o Senador Nabuco, referindo-se à benfazeja lei de 28 de setembro de 1871. Pois bem, um fato que não repousa sobre o direito está condenado a perecer. Não tem vida própria, perene, e quanto mais cedo desapareça, melhor será”.

“A Sociedade Inglesa e Estrangeira contra a Escravidão assiste cada dia à propagação dos seus esforços. Esse é o resultado do trabalho de nivelamento social e moral que está sendo realizado nos países civilizados. Esses esforços mais de uma vez se dirigiram para o Brasil e não lograram êxito. Pois bem, o dia não está muito longe, quando no mapa geográfico da escravidão, o Brasil e Cuba, duas das mais lindas e férteis porções do globo, não serão mais manchas negras no solo americano. Naquele dia o seu trabalho estará quase terminado, mas somente a partir daquele dia, numa data que eu chamei de “hejira” nacional, começará a vida nova de um país destinado a se tornar, por força tão-somente do trabalho livre, uma casa abençoada e o orgulho dos seus filhos naturais ou adotivos”.

Ocorre-me lembrar, com relação à frase acima, onde Nabuco demonstra a sua gratidão por aqueles que em testamento davam a

liberdade aos escravos, que na Inglaterra, onde existiu a servidão da gleba, a abolição se fez através dos séculos, sem uma única lei que a decretasse.

Macaulay, na sua História da Inglaterra, diz que a liberdade se deveu à Igreja: que eram os confessores que na hora da morte aconselhavam aos seus penitentes a fazer um gesto final de generosidade, libertando os seus servos. E foi assim que, de homem em homem, de passo em passo, a Inglaterra veio a se tornar o país mais livre e liberal do mundo, o que mostra que nós também podemos ameaçar com um pequeno esforço riquezas muito grandes em bem-estar e felicidade social.

A SOCIEDADE BRASILEIRA CONTRA A ESCRAVIDÃO

Inspirando-se no trabalho da Sociedade Inglesa e Estrangeira contra a Escravidão, Nabuco fundou, também no Brasil, em 7 de setembro de 1880, no dia da nossa Independência política, aos 31 anos de idade, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão.

A sessão inaugural e de instalação foi realizada na sua própria casa, onde vivia com seu Pai, no Flamengo, na esquina da atual Rua Corrêa Dutra, que naquele tempo tinha o nome mais poético e bonito de Rua Bela da Princesa, o que digo com todo respeito ao titular do nome que hoje tem.

Nabuco foi eleito Presidente. Imprimiu-se papel de carta com o timbre da nova Sociedade, e em fins de dezembro de 1880, ele embarca para a Inglaterra munido de uma carta de apresentação da Sociedade, assinada por Adolfo de Barros como Vice-Presidente, José Américo dos Santos como Secretário e André Rebouças como Tesoureiro.

Esses seus companheiros constantes na luta davam a Joaquim Nabuco, Presidente da Sociedade, credenciais para representá-la junto à sua congênere inglesa.

Nabuco quando ausente se empenha sempre junto a eles para que não deixem esmorecer o trabalho da Sociedade. Rebouças escreve-lhe em 7 de abril de 1883, contando novas atividades e dizendo-lhe:

"Já vês que nasceu a nossa filha querida". (Carolina, pág. 147).

A CANDIDATURA PELO RIO

Voltando ao Rio em 1881, Nabuco escreve a Allen em 5 de junho dizendo que chegara havia um mês, mas que os seus compromissos e deveres eram tantos que não tinha tido um momento para lhe escrever e pensar no prazer que tinha tido em conhecê-lo. Diz, como em geral se começa uma conversa, que não havia nada de novo a dizer, e depois passa a contar como foi calorosamente recebido pelos seus amigos, mas que "está em dúvida sobre se a recepção que teve na Europa não proporcionou ao partido escravagista um bom assunto a explorar diante do seu eleitorado".

Diz que é voz corrente que a Câmara será dissolvida e novas eleições realizadas ainda naquele ano.

Anuncia que vai se apresentar pelo Rio de Janeiro, Capital do Império, e que muitos trabalharão por ele.

O resultado, entretanto, parece-lhe muito duvidoso, pois o Rio de Janeiro é muito importante para ambos os partidos e a vitória é muito cobiçada.

"Se perder o meu lugar na Câmara, terei tido uma carreira política muito curta; mas prefiro isso a ter uma longa, aceitando a escravidão".

Acrescenta que se tiver de deixar a vida pública por não ser eleito, procurará passar algum tempo na Inglaterra, auxiliando de Londres, tanto quanto puder, o movimento abolicionista.

No dia 23 de outubro de 1881 escreve ao Allen dizendo que a batalha eleitoral será travada no dia 31 e que é quase impossível a sua vitória.

"O candidato que provavelmente me derrotará é um fazendeiro de café em São Paulo. Eu me apresento pelo Rio. Foi uma tentativa muito ousada essa de lutar contra a escravidão na ci-

dade que dizem ser a capital do café. Se for derrotado como conto ser, irei provavelmente para Londres por alguns anos, já que quase nada poderei fazer fora do Parlamento, exceto educar o povo através de panfletos e escritos e isso posso fazer melhor de Londres do que daqui”.

“Mandarei ao Senhor os documentos da campanha e os resultados da votação. Pretendo dizer no meu próximo discurso que se for derrotado sofrerei a proscricção e o antagonismo social, que o voto de ostracismo revelará, entre os abolicionistas e os eleitores, com a mesma resignação e paciência com que os escravos agüentam a sua condição intolerável. Num país onde mais de um milhão de homens não têm direito a ter uma família protegida pela lei ou bens particulares, a não ser a grande risco, nem a ver o seu trabalho pago um dia sequer durante a vida, é uma condenação muito suave aquela que me condene a deixar a vida política e dar o meu lugar no Parlamento aos donos dos escravos e aos delegados da escravidão”.

Nabuco termina a carta felicitando Allen pelo grande trabalho que fez no Egito e pede desculpas pela extensão que atingira a sua carta.

A derrota eleitoral foi inevitável como Nabuco contava, mas a viagem à Europa também não se fez esperar. Em 1.º de janeiro de 1882, ele em Londres, escreve já de 32 Grosvenor Gardens, ao seu amigo Allen, a quem sempre trata de “Senhor” (Mr.), com a cerimônia da época, dizendo:

“Aqui estou de novo, pretendendo ficar uns dois anos estudando as instituições inglesas e aproveitando do melhor modo a minha estada no estrangeiro. Envio-lhe o retrato que me pediu e um número do “Abolicionista”, que saiu depois da minha partida. Temos muita coisa sobre que conversar”.

Três dias depois, em 5 de janeiro de 1882, Nabuco manda um bilhete a Mr. Allen, lamentando não ter chegado a tempo de prestar as suas últimas homenagens ao “pobre Mr. Cooper”, um dos colaboradores da Sociedade.

“Ele viveu uma vida nobre, e isto é o melhor que se pode fazer”.

O nosso eminente mestre, Gilberto Freyre, há pouco, quando se referiu à vida de Joaquim Nabuco, usou o mesmo adjetivo "Nobre". É o que Nabuco também gostava de usar quando se referia aos grandes abolicionistas, como veremos novamente adiante, e quero registrar o prazer que sinto eu, hoje aqui, por ele, de ouvir a sua obra qualificada da mesma forma.

O CONGRESSO DE MILÃO

Nessa altura surge uma ocasião importante de dar repercussão à campanha contra a escravidão.

Em *post scriptum* a uma carta escrita em agosto de 1882 (era, portanto, uma idéia de último momento), Nabuco avisa a Allen que o Institut de Droit International ia se reunir em Turim no dia 11 de setembro e que ele achava que devia ser lido perante esse Instituto um *memorandum* pedindo a condenação pública da escravidão pelo Instituto em nome do direito internacional.

"Se for preciso", diz, "eu poderia enviar-lhe a petição, e gostaria de assiná-la por parte da Sociedade contra a Escravidão do Rio de Janeiro. Certamente algum eminente inglês pertence ao Instituto e poderia se ocupar do caso. Posso lhe mandar um *memorandum* sobre os pontos em que deve repousar a petição. O documento poderia ficar pronto até 30 de agosto, de modo a dar-lhe tempo suficiente de enviá-lo a Turim antes que o Instituto se reúna. Sei que cabe perfeitamente dentro dos fins do Instituto examinar o assunto sob o ponto de vista internacional e da civilização".

Em 28 de agosto de 1882, Nabuco escreve a Mr. Sturge, na ausência de Allen, lamentando que Sir Travers Twiss não pudesse suscitar a questão perante a Sociedade de Direito Internacional, e diz:

"Eu estava preparando um papel sobre a escravidão em face do Direito Internacional, mas como o Senhor não pode convenientemente colocar o assunto diante do Instituto, é melhor adiá-lo para a reunião do ano que vem. Nesse ínterim, ampliei o papel que estou escrevendo quando for a Londres, porque não tenho livros aqui".

Essa carta é escrita de Brighton, onde Nabuco estava hospedado em 117 Weston Road.

Nesse ano de 1882 não conseguiu levar adiante a sua idéia, mas ela se concretizou no ano seguinte. Nabuco e Allen compareceram à reunião⁴ como representantes da Sociedade Inglesa contra a Escravidão e Nabuco teve ocasião de defender a sua proposta condenando a escravidão e de vê-la aprovada pelo plenário. A iniciativa foi memorável e, anos depois, Allen escrevia a Nabuco:

"Lembro-me sempre da visita que fizemos juntos a Milão para obter da Conferência a declaração de que o tráfico de escravos deveria ser assemelhado à pirataria e na qual, como sabeis, um membro da nossa Diretoria, Sir Alexander, apoiou habilmente a causa que o Senhor tão ardorosamente advogou".

Dessa colaboração guardou também Nabuco boa lembrança.

Em 1900, achando-se em Paris, trabalhando na defesa dos direitos do Brasil na fronteira com a Guiana Inglesa, e residindo então na Avenue Friedland 33. Nabuco escreve ao novo Secretário da Sociedade contra a Escravidão:

"Como trabalhei numa ligação tão cordial com a Anti-Slavery Society quando combati a escravidão no Brasil e tive a honra de representá-la junto com o querido Mr. Allen no Congresso de Milão de 1883, estou ao seu serviço, para qualquer coisa em que possa ser útil na sua nobre e grande causa. . . estou contente de ver que Mr. Allen teve a sorte de ter como sucessor um dos membros da família patricia abolicionista dos Buxtons que herdou o espírito que tornou seu nome para sempre memorável".

O esforço ou o ambiente não foram saudáveis a Nabuco e em 31 de março de 1884, ele escreve ao Allen dizendo:

"Espero que o Senhor esteja passando bem depois das suas curtas férias. Vou tirar agora as minhas, pois desde que vim de Mi-

4 Essa reunião foi da Internacional Law Association e não do Institut. Foi presidida por Travers Twiss. Esta associação foi fundada em 1873, sendo a reunião de 1883, que adotou uma resolução contra o tráfico de escravos, presidida pelo mesmo Sir Travers Twiss.

lão a minha saúde tem deixado muito a desejar e já perdi 14 quilos sem conhecer a causa da minha extrema debilidade nervosa”.

“Espero que uma longa viagem marítima, com a mudança de clima ou de ambiente, possa me curar, se aquilo de que estou sofrendo é apenas excesso de trabalho combinado com saudades de casa e falta do sol da minha terra.

“Penso partir para o Brasil no dia 15 e ficar lá uns quatro meses, mas quem sabe. Enquanto isso, tenho o prazer de lhe dizer que o movimento abolicionista lá está se tornando cada dia mais forte e espero que as minhas férias possam ser empregadas em agitar a questão ainda mais do que ela já se agita. O momento parece-me chegado para uma ação enérgica de alguma espécie”.

A DEPURAÇÃO DE NABUCO

Em 19 de novembro desse mesmo ano de 1884, Nabuco escreve a Mr. Allen:

“Estou aqui em Pernambuco lutando por um lugar no Parlamento. A eleição será no dia 1o. de dezembro e pelo dia 4 o Senhor já poderá saber, escrevendo para a Legação do Brasil, se fui eleito ou não. O Senhor sabe que temos agora uma administração abolicionista, que me dá grande apoio. Fiz diversos discursos em lugares públicos e a eleição aqui é a que os abolicionistas estão disputando com mais vigor em todo o Império. Será uma vitória bem merecida se triunfarmos em Pernambuco. Nunca estive tão ocupado em minha vida”.

No dia 22 de fevereiro de 1885 Nabuco escreve a Allen:

“Enviei-lhe uns jornais com notícias da minha recepção aqui no Rio. Entendo que fui eleito pela cidade de Pernambuco mas os Conservadores junto com os Liberais escravocratas, estão procurando expulsar-me da Casa, e isso dará lugar a um movimento forte contra o Parlamento, se forem bem sucedidos. Como dou todo o meu apoio ao Gabinete Dantas, será uma derrota para ele e outra para a causa abolicionista a minha depura-

ção. Os nossos adversários estão fazendo tudo para anular a minha eleição, que é a primeira da sua espécie no Brasil. Foi disputada à moda inglesa ou americana, em reuniões públicas, em vez de sê-lo pelo sistema corrupto da intimidação ou da compra de votos, que é a força da escravidão. A opinião pública está muito exaltada. A unanimidade do sentimento abolicionista nas grandes cidades do Brasil é total e estamos fazendo rapidamente a mais pacífica emancipação que o mundo jamais viu em tamanha escala".

Em 17 de maio de 1885, Nabuco dá a Allen a notícia da sua depuração.

"Depois de uma longa *suspense* o meu direito de representar a capital de Pernambuco, a cidade de Recife, foi desprezado na Câmara por uma coligação de Conservadores e Liberais escravocratas, contra as forças unidas dos Liberais, Republicanos e Conservadores abolicionistas. A Câmara assim acolheu nessa cadeira um homem que a maioria do eleitorado, numa eleição perfeitamente legítima, repudiou. Mando-lhe hoje um editorial do "País" onde a minha exclusão do Parlamento é severamente criticada. No Recife a notícia produziu um grande choque, como o Senhor poderá ver pelo "Rio News". Haverá nova eleição no dia 7 de junho, em um dos distritos da Província. Os candidatos liberais desistiram a meu favor, de modo que tenho de novo chance de entrar no Parlamento, embora pequena, por se tratar, dessa vez, de um distrito agrícola.

Os sete votos liberais, que acrescidos aos dos conservadores, me rejeitaram foram de homens inteiramente dependentes do patrocínio da escravidão ou dos comerciantes de café. O novo Ministério, ¹ veio ao Poder desconfiando de nós, e nós, abolicionistas, dele, e embora o Ministério tenha a promessa de apoio dos conservadores e dos liberais escravocratas, já apresentou um projeto de lei que é quase o mesmo que levou à derrota o Sr. Dantas, o que mostra a força do movimento contra a escravidão.

"O Gabinete acha que o seu projeto porá fim a escravidão pela compra de escravos em sete ou oito anos. Nós combatemos o princípio da indenização, mas acabaremos, acredito, votando

as verbas necessárias, por mais injusto que seja obrigar o povo, os próprios escravos e todos os Senhores que espontaneamente libertaram os seus, a pagar impostos pela libertação de escravos alheios.

"Se for eleito no dia 7 telegrafarei à Legação do Brasil, de modo que o Senhor já poderá saber, quando receber esta carta, qual foi o meu destino.

"Desejo muito ver-me outra vez em Londres, mas tanto pelo artigo do "País", como pelo procedimento dos candidatos liberais que desistiram dos seus lugares em meu benefício, o Senhor verá como é difícil para mim deixar agora o meu país".

Os nomes desses, não devem nunca ser esquecidos e eu agora vou citá-los com o maior respeito. São, Ermírio Coutinho e Joaquim Francisco de Mello Cavalcanti. Do primeiro conheço um neto médico, residente no Rio e com quem me avistei algumas vezes. Do segundo, ao que saiba, não tenho o prazer de conhecer a descendência.

Felizmente a eleição correu bem e, no dia 22 de junho, Nabuco pode escrever a Allen ⁶ enviando-lhe recortes dos jornais sobre a sua eleição ⁷ e sobre a recepção que teve em Pernambuco:

"Nunca se viu uma coisa assim antes, — diz ele na carta — Mais de cinquenta mil pessoas tomaram parte na recepção e foi um feriado geral, toda a cidade enfeitada de flores, música, bandeiras e luzes à noite. Isso mostra a força que o movimento abolicionista adquire. É uma ressurreição nacional ou, melhor ainda, um nascimento nacional".

Em 6 de agosto de 1885 Nabuco escreve a Allen dizendo que havia formado na Câmara um grupo parlamentar abolicionista cujos estatutos lhe remete:

Até o fim desta legislatura a luta contra a escravidão será dura. O Governo vai conseguir a aprovação do seu projeto. Os dois antigos Partidos, formados principalmente por donos de escravos e representantes do poder político da escravidão, dão apoio ao Gabinete Sarai-va, com receio de legislação mais avançada e votaram a favor do seu projeto para evitar a apresentação de alguma medida realmente fran-

6 Escreveu a Allen antes mesmo de escrever a Penedo. A este só escreveu no dia 24.

7 A eleição foi no dia 7 na ausência de Nabuco.

ca e honesta. Nós estamos naturalmente fazendo oposição à vergonhosa lei através da qual a escravidão se perpetuará na dívida nacional, ameaçando arruinar a nação".

"Disse eu outro dia, na Câmara, que ela tinha se transformado num mercado de escravos do Marrocos. Vão aprovar uma tabela, fixando o preço dos escravos com menos de vinte anos de idade, em £ 90, dos de 30 a 40, em £ 80, dos de 40 a 50, em £ 60, dos de 50 a 55, em £ 40 e dos de 55 a 60, em £ 20. Escravos com 60, 61 e 62 anos serão libertados mas apenas nominalmente, pois ainda terão que trabalhar três anos para os seus donos, os de 63 anos, dois anos e os de 64, um ano, ficando desde logo livres só os de 65. Os preços acima são escandalosos e o escândalo é maior porque o projeto altera a lei atual que permite a um escravo resgatar-se através de um pecúlio adquirido e valor decidido por arbitramento.

"Pela nova lei a avaliação é abolida e o escravo terá que pagar pela sua liberdade a totalidade do preço fixado para os demais da sua idade, sem atender às suas condições pessoais.

"Mas o que torna esses preços escandalosos é que eles representam o dobro e, em muitas províncias, três vezes mais do que os preços correntes. De modo que o Governo aumenta tanto o preço dos escravos que nenhuma Província poderá fazer, de agora em diante, o que fizeram o Ceará e o Amazonas. Refiro-me a se libertarem aproveitando a queda do preço dos escravos. . . A nova lei levará cada dono de escravo a esperar a sua vez, para que os seus sejam adquiridos pelo Estado a um preço mais elevado do que poderiam conseguir no mercado".

"O Governo conseguiu assim meios de reanimar o mercado escravo e de restituir à velha vida as transações sobre escravos, garantindo a propriedade deles à custa dos contribuintes abolicionistas, dos que não têm escravos, dos estrangeiros, da gente pobre, das pessoas que já libertaram os seus próprios escravos, por último e mais vergonhosamente, dos libertos e dos próprios escravos.

"É, no seu conjunto, uma tentativa da escravidão, condenada como está pela voz do país, de se salvar de um fracasso total, à custa da ruína da nação.

"A oligarquia política que governa esse país não podia resistir ao clamor, pela abolição, mas conseguiu substituí-la por um projeto

que a liquida nas melhores condições possíveis para quem tem interesse nela. Depois de ter aumentado o preço dos escravos, introduziram no seu esquema como que dois fatores da abolição, primeiro a depreciação de tanto por ano, começando com 2% e terminando em 12%, combinada de forma a deixar o escravo ao fim de 13 anos sem valor e portanto livre, e, em segundo lugar, o imposto adicional de 5% sobre toda a tributação nacional (excluídas apenas as exportações para poupar os donos dos escravos), a ser dividida em três partes iguais. Com uma das partes, o Governo comprará escravos com menos de 60 anos de idade, libertando-os imediatamente; com outra, o Governo pagará os juros de 5% sobre as apólices a serem emitidas para libertar os escravos que trabalham na agricultura, cujos donos concordem com a indenização da metade do seu valor tabelado mais cinco anos de aprendizado, e se obriguem a, daí em diante, só utilizar trabalho livre nas suas fazendas; com a terça parte restante o Governo dará um subsídio à colonização dos estabelecimentos agrícolas agora cultivados por escravos.

“Sem dúvida um esquema fútil e absurdo esse de auxiliar os fazendeiros a libertar os seus escravos com um mínimo de prejuízo, um esquema que irá impor grandes sacrifícios aos contribuintes, sem assegurar qualquer vantagem real à indústria agrícola do país. Mas os fazendeiros o aceitam como a melhor coisa que podiam esperar, contando, pelo seu novo contrato com o Estado, poder conservar os escravos por mais 13 anos, e através do trabalho deles, se pagarem da libertação que deram. O Projeto só trata dos escravos, propriamente ditos. Os ingênuos ou libertos, que são também escravos, pois são obrigados a servir aos donos de sua mãe até completarem 21 anos de idade, (e portanto tão escravos quanto os verdadeiros, pois ninguém pode ser escravo no Brasil por mais de 21 anos, graças a Deus a nação não o permite), estão completamente esquecidos e a margem dos benefícios desta lei de abolição celestial.

“Ela impõe a multa de 100 libras a todos que ajudarem os escravos a fugir — uma medida injustificada, pois os escravos que fogem muitas vezes o fazem pelo receio de morrer debaixo do açoite e nenhum homem de honra pode deixar de ajudar o pobre desgraçado — e declara que nenhum escravo fugido pode ser libertado, o que quer dizer que antes de alcançar a sua liberdade ele tem que primeiro voltar ao açoite ou para aquilo que para ele representa a morte.

“Já disse o suficiente para justificar a nossa oposição ao projeto que não tem nenhum outro fito senão o de iludir o mundo e o

país e que é muito popular entre os proprietários de escravos e seus credores, mas que será ruinoso para o país e para os pobres, chamados a salvar da falência total a escravidão há muito tempo onerada e exausta deste país. Vamos aumentar a nossa dívida e os nossos impostos quando o orçamento já tem um grande *deficit* que cada Governo deixa ao seu sucessor, e quando nossa moeda está depreciada em 40% e reina um estado de descrédito, ao qual os nossos ministros da Fazenda se acostumaram de tal forma que hoje consideram simples declamação ridícula qualquer coisa que se diga sobre o assunto.

“A escravidão nos conduz à ruína de todos os modos. O seu espírito exclusivista, intolerante e fechado foi durante muito tempo a base de uma política favorável, internamente, de todos os modos, ao atraso e à rotina e, externamente, ao desprestígio e à guerra”.

A eloquência de Nabuco é impossível de traduzir e peço desculpas por não poder fazer melhor. Apesar da construção latina da frase e do emprego freqüente de palavras de origem latina, em vez de seus equivalentes saxônicos, não consigo devolver ao seu estilo o ritmo e a suavidade que ele escrevia na nossa língua, mas continuemos traduzindo.

“Depois da Guerra do Paraguai — diz Nabuco — a escravidão mudou o seu ponto de vista e começou a pressionar por melhoramentos materiais, reclamando estradas de ferro e tudo o mais. Dizia-se que o país por causa de sua imensa colheita de café era o mais rico do mundo e o futuro foi sendo onerado com empréstimos sucessivos, sem qualquer idéia daquilo que — num vasto e jovem país, exposto a toda espécie de despesas imprevistas, como são as secas do Ceará, e ansioso por copiar o progresso europeu e possuir todas as vantagens materiais, morais, intelectuais ou sociais da civilização — deveria ser a justa proporção entre as partes vivas e as mortas do orçamento nacional. Agora o mal já está feito. A nossa dívida e o orçamento da guerra cresceram extraordinariamente e o peso ainda aumentará enquanto durar a liquidação da escravidão.

“Seja nas finanças nacionais e na prosperidade agrícola, seja no solo virgem que encontrou e aquele para onde avança, seja no tocante às pessoas que emprega e às nossas instituições, desde o trono até o eleitorado, em tudo a escravidão significa fracasso e decomposição, fraqueza e atrofia. Mesmo um espírito novo, totalmente diferente, na agricultura e no comércio, na política e na educação, exigi-

rá séculos de liberdade e justiça para desfazer o mal feito em séculos de opressão e de rapina e, infelizmente, o Governo acredita que, nesta hora tardia, a escravidão ainda possa salvar alguma coisa e que sem ela estejamos perdidos. Não me surpreende que nós liberais não sigamos cegamente o Gabinete nesta tentativa de dar fim à escravidão e de enterrá-la tão silenciosamente que ninguém se aperceba disso, nem os senhores, nem os escravos, nem o país, nem o mundo.

“Adeus, prezado senhor Allen, já ocupei por tempo demasiado a sua atenção”.

A DERROTA ELEITORAL

Mandatos não duram para sempre.

Em 15 de janeiro de 1886 Nabuco teve que se apresentar novamente perante o eleitorado do Recife e desta vez foi derrotado.

“A maioria que obteve o candidato conservador”, escreve ele a Mr. Allen, “sobre mim, é devida inteiramente à pressão do Governo sobre os empregados públicos, que formam uma grande parte do pequeno eleitorado desta cidade, e as promessas de emprego distribuídas profusamente entre as classes pobres do nosso povo, enquanto os grandes senhores de escravos obrigavam a todos que deles dependessem a votar contra mim e os pretos, que são numerosos, não eram todos fiéis à nossa causa e votaram em grande número pela bandeira da escravidão.

“Dirigi-me a mais de um eleitor negro e pedi o seu voto. “Não posso, senhor, prometi votar com o Partido Conservador. Já estou comprometido”! O pobre homem não sabia na sua ignorância da solidariedade social que ele já estava comprometido a votar por mim há dois séculos atrás e que a sua própria cor tornava ridículo a sua desculpa de compromisso prévio!

“O Brasil sendo tão extensamente uma nação híbrida — Nabuco usa a palavra inglesa “composite” para a qual não me ocorre no momento uma tradução adequada — ninguém mais do que eu se sente contente de ver que não há nenhum meio de traçar aqui pela cor uma linha de fronteira política, tão diferente é a

nossa situação da que existe nos Estados Unidos. Mesmo a questão da escravidão não criou um sentimento racista, completamente ausente da nossa história e portanto da nossa Constituição atual. Mas ao mesmo tempo esse desinteresse dos pretos do Brasil pela questão da abolição, desde o momento em que deixam de ser escravos e se apegam imediatamente à dignidade de cidadãos e eleitores, renegando os laços de sangue com a sua própria raça escravizada, é um sinal de como a humilhação da escravidão penetrou profundamente no espírito e no coração dos escravos e da dificuldade com que o movimento abolicionista luta contra isso no Brasil. Aqui, de fato, em vez de um sólido voto negro, como nos Estados Unidos, a favor do partido que levantou a voz pela abolição, com uma dívida de gratidão de toda a raça perante os seus libertadores, podíamos ver os pretos, com algumas exceções de valor, seguindo a bandeira do partido dos seus donos, como resto de uma alma escrava ainda viva neles.

"Depois de ter dito isto sobre a minha eleição, permita-me dar-lhe uma idéia da situação política no Brasil e do seu futuro. Os conservadores elegeram um parlamento quase unânime. Os muito poucos liberais que puderam quebrar essa unanimidade são na sua maioria homens que auxiliaram os conservadores a alcançar o poder e que por eles são tratados como auxiliares extremamente úteis.

"Esses conservadores disfarçados, contrastando com os verdadeiros liberais, darão idéia de uma divisão de Partido no Parlamento.

"Mas a nova vitória conservadora é notícia triste para o Brasil. Durante mais de 40 anos nunca tivemos eleições de verdade. O Imperador só chamava ao poder o chefe do partido ou de uma seção do partido e esse novo ministro tinha imediatamente ao seu dispor uma Câmara de sua escolha. Em Portugal, na Espanha, na Itália e em toda a América Latina, embora em escala diferente, este é, ainda o sistema eleitoral existente. O Parlamento é uma extensão do Governo do dia. Ultimamente tivemos uma mudança no Brasil. O Partido Liberal reformou, o nosso velho sistema de eleição indireta, transformando-o num de eleição direta e o seu principal estadista, o Sr. Saraiva, comprometeu-se, como Presidente do Conselho, a realizar eleições

livres no país. De fato as duas primeiras eleições feitas no regime da nova reforma eleitoral foram perfeitamente livres, a oposição achando-se até melhor protegida do que o Partido no poder, elegendo de uma vez um grande número de deputados e de outra derrotando o próprio Governo. Embora, tenha sido isso uma liberalidade do governo e a liberdade, como disse o grande poeta alemão só é digna quando conquistada, o país estava orgulhoso da sua nova independência de poder derrubar o Governo, e esse sentimento se fosse encorajado, poderia criar no povo uma espécie de auto-confiança que lhe permitisse governar-se a si mesmo. Mas agora acabou o sonho. Os conservadores não puderam resistir à tentação. O Sr. Cotegipe não é feito do mesmo material desinteressado do Sr. Saraiva e voltamos ao velho sistema de cada Governo eleger o seu próprio parlamento, pronto a realizar a política que há de mantê-lo no poder enquanto isso for do agrado do Imperador.

“A curta vida da liberdade eleitoral no Brasil e o espírito de vingança política agora às soltas pelo país, no coração de ambos os partidos, são fatos que nos colocam diante de contingências muito sérias. O futuro é realmente difícil. O descrédito da eleição direta significa a queda da última barreira entre a dinastia e a república. Desejando verdadeiras reformas, que agora não tem meios de obter do eleitorado, os liberais estão sendo fortemente conduzidos em duas direções diferentes: uns acham que é inútil lutar contra a presente ordem das coisas e ainda mais inútil ter esperanças nas instituições existentes, enquanto outros acreditam em vir ao encontro dos Republicanos, preparando-se para, findo o presente reinado, ver suceder-lhe uma nova forma social.

“A crença é muito forte entre os abolicionistas de que o Imperador encorajou o seu movimento a ponto de formar um Governo abolicionista e depois cedeu à coligação pela escravidão, permitindo que os escravocratas, por assim dizer, pusessem no bolso as aspirações nacionais, convertendo seus escravos numa dívida nacional, três a seis vezes maior do que o seu valor real. A última mudança de partidos devida exclusivamente à sua própria inspiração, criou no país a reação contra o movimento liberal. Permitiu que o Governo conservador formasse uma Câmara unânime a seu favor usando todos os meios de corrupção e intimidação de eleitores, comprometendo o nosso orçamento

futuro com a fome voraz de uma nova leva de candidatos a emprego, e, no meio de toda essa confusão, o pobre escravo é obrigado a pagar pelo movimento iniciado a seu favor, sem que ele consinta nesse pagamento. Esse sentimento está agora rapidamente afastando da monarquia a simpatia e a boa vontade de todos os verdadeiros abolicionistas, e, é claro, quem lucra com isso, é a campanha republicana, pelo que eu chamo o erro, e espero que a história, quando estiver de posse de todos os fatos e documentos, não chame, o crime do Imperador. Aos observadores superficiais a vitória conservadora pode parecer final e decisiva, mas, se descerem fundo nas suas causas, verão que resultou inteiramente da podridão da escravidão e do seu sopro mortífero sobre o caráter nacional e, como tanto o trono quanto as instituições, estão apoiadas exclusivamente na escravidão, o futuro de toda a contextura é assunto de séria dúvida e preocupação para os que como eu sempre pensaram que o caminho para a monarquia era deitar as suas raízes firmemente no coração do povo, colocando-se à testa da libertação deste país do tríplice monopólio servil, da terra, do trabalho e do capital, mesmo que o Imperador, que sabe que a sua vontade é o único poder real no Brasil e que ele é praticamente tão poderoso no nosso sistema parlamentar de governo quanto Augusto sob a forma da República consular, quisesse assumir o papel de um déspota civilizante em vez de governar sem peias no coração por mais de quarenta e cinco anos sobre o grande mercado escravo e o leito da nação paralisada”.

Em P. S. acrescenta Nabuco:

“Formamos aqui ontem a associação política e liberal chamada ‘União Abolicionista Federal de Pernambuco’ com 400 sócios para começar, todos eleitores nessa cidade. Pretendemos prosseguir na nossa agitação embora o frio glacial das altas regiões tenha congelado alguns entusiasmos anteriores de assim chamados abolicionistas, mas a força do movimento abolicionista pode ser retemperada e esperamos tornar letra morta a lei da compra dos escravos pelos Estados acima do seu preço e da renovação da escravidão legal por mais quatorze anos”.

A longa carta acima dando notícia da sua derrota, foi escrita na véspera de sua partida para o Rio.

NABUCO NA IMPRENSA

Em 1882 Nabuco havia escrito a Allen que fora do Parlamento não era possível fazer nada de útil. Falando depois no Recife, Nabuco dizia que, depois da Câmara, parecia-lhe faltar ressonância a todas as tribunas, porque só as palavras ditas no Parlamento escoavam pelo país.

Mas enganava-se e veio a mudar de opinião. Numa carta sua, apenas trazendo o dia da semana, como era muito do seu hábito, Nabuco escreve a Allen sob uma impressão diferente quanto à necessidade de pertencer ao Parlamento:

"O ano passado não estive no Parlamento, mas na imprensa diária, escrevendo nas colunas de "O Paiz". Provavelmente fiz mais pela causa do que poderia ter feito como Deputado. De fato foi através da imprensa que forçamos o Gabinete Conservador a aprovar a lei abolindo os açoites. Se tivéssemos Juizes e se as leis sobre a escravidão fossem uma realidade, isso, na prática, iria quase acabar com a escravidão, um pouco pelo método que o Senhor uma vez me sugeriu de fazê-lo como se fez na Índia. Não sendo lícito açoitar escravos, não sei como os senhores poderão fazer valer os seus direitos sobre eles".

Apesar de afastado do Parlamento, Nabuco continuou a sua campanha pela Abolição.

Em 18 de abril de 1886, diz a Allen que está escrevendo uma série de panfletos, dos quais lhe manda os primeiros quatro, e que seus amigos estão procurando levantar o dinheiro necessário para um jornal diário, mas que ele não sabe se serão bem sucedidos.

"Se eu desesperar de poder começá-lo, poderei ser forçado a voltar à Inglaterra para ganhar lá a minha vida, como os donos de escravos, boicotando-me aqui, me obrigaram a fazer em 1881, mas nesse momento sinto que a minha saída do Brasil seria prejudicial à causa liberal e não somente à do abolicionismo; e farei o máximo que puder para ficar. Infelizmente o modo de resolver o meu problema individual juntamente com o social é muito difícil. Se eu começar um novo jornal pedirei ao Senhor que tenha a bondade de me enviar de vez em quando alguma informação".

CARTA AO "TIMES"

Nessa ocasião, um abolicionista inglês, Goldwin Smith, publicou: na MacMillans Magazine, um estudo no qual se permite criticar o grande abolicionista americano W. L. Garrison, por ter sido contra a abolição indenizada e por ter procurado mobilizar a opinião pública inglesa contra a escravidão nos Estados Unidos. São críticas que aqui se faziam também contra Nabuco e ele se sente ferido até o coração e já uma vez previra:

"Deveremos ser atados ao pelourinho da calúnia pública, levantado para a defesa da sociedade defronte do mercado de escravos. Quando o mercado acabar, estejamos certos, acabará também o pelourinho". (Carolina, pág. 147)

Nabuco escreveu então longa carta, que enviou a Allen pedindo-lhe que corrija para publicá-la no Times, ou, se não for aceita, em outro jornal.

Na sua carta diz Nabuco ao Redator:

"Eu não apelaria desse modo para a sua bondade se esses dois pontos, apesar da sua importância com relação ao movimento abolicionista nos Estados Unidos, não envolvessem a liberdade de um milhão de escravos que vivem no Brasil e o patriotismo do partido que luta pela sua liberdade.

"Infelizmente a questão da escravidão não está morta por toda a parte do mundo e a história se repete quanto a ela com minuciosa fidelidade, os inimigos da instituição tendo sido e ainda tendo que se bater constantemente contra o mesmo espírito, as mesmas teorias e os mesmos preconceitos, de modo que tudo quanto se disser contra eles no passado resulta, na prática, em fortalecer as mãos dos atuais senhores de escravos, especialmente quando a acusação vem de homens como Sr. Goldwin Smith, que, mais do que ninguém, é eloquente e indignado na denúncia da escravidão.

"Os dois pontos do seu artigo que considero prejudiciais ao nosso trabalho aqui são, primeiro, que ele admite o direito dos senhores de escravos a uma indenização como se fossem donos de uma propriedade, e, segundo, que ele critica os abolicionis-

tas de Massachussets, por terem procurado levantar a seu favor a opinião pública da Inglaterra.

"Quanto ao primeiro, se a indenização for um direito indiscutível do proprietário, o Estado não tem o direito de abolir a escravidão a não ser que esteja preparado para pagar o preço dos escravos. Se abolindo a escravidão sem indenização ele viola os dez mandamentos, não poderá fazê-lo, mas, se o Estado se convence que a escravidão é um crime, qual o caminho a então escolher?

"Num país pobre como o Brasil, onde a escravidão arruinou o seu futuro, rebaixou o seu Governo, humilhou o seu povo, devastou as suas terras e que se acha onerado por uma dívida imensa, a indenização só poderia ser paga mediante novos empréstimos.

"Se nos convenceremos que a escravidão é uma culpa moral e uma vergonha nacional, e se nos acharmos ao mesmo tempo incapazes de pagar pela sua extinção, sem arruinar o nosso crédito, furtar os nossos credores e, o que é talvez pior, tributar até à morte os pobres escravos para salvar os seus donos, será que o Sr. Goldwin Smith acha que os dez mandamentos nos obrigam a continuar a prestar o nosso braço forte, o nosso Exército relutante, nossos magistrados e nosso parlamento, para manter o mercado de escravos, perseguir os que fogem e proteger com a nossa bandeira uma instituição que não consideramos nada mais do que o roubo, o deboche e o assassinio organizados?"

"Não acredito, Senhor, que uma nação esteja moralmente obrigada a se arruinar para adquirir o direito de fazer cessar a prática de um crime, somente porque na sua ignorância e servilidade para com a casta dominante, ela não impediu que essa casta fizesse de seu crime um negócio.

"Mesmo pondo de lado os pontos relativos à legalidade da escravidão, nos Estados Unidos, na Espanha ou no Brasil, seria fácilmo mostrar que ela, além de envolver uma culpa moral, foi por toda a parte um contrabando de sangue humano. Pergunto apenas se uma nação que permitiu durante certo tempo que a opressão existisse sob o nome de instituição social está

moralmente obrigada a pagar com a sua própria ruína pela sua extinção, deixando, se ela não estiver disposta a fazer o sacrifício, as vítimas da opressão indefinidamente nas mãos dos seus credores até que possa pagar a sua dívida?

“Quanto ao segundo ponto, a história justificou os abolicionistas no apelo que fizeram à Inglaterra. O próprio Sr. Goldwin Smith não tomou parte numa agitação poderosa, que os liberais ingleses, sob a liderança de Mr. Cobden e de Mr. Bright, acharam necessário provocar na Inglaterra para neutralizar a simpatia que algumas das classes da sua comunidade dedicavam à escravidão americana? Não escreveu ele um livro cheio das centelhas do seu espírito para tornar a Inglaterra um aliado moral da União americana? Os abolicionistas dos Estados Unidos parecem ter compreendido a força do apoio nas batalhas da escravidão que a simpatia inglesa haveria de ter e talvez se eles não tivessem na ocasião procurado simpatizantes entre as forças que conduziam a Inglaterra, ou se tivessem conseguido conquistá-las todas, muita coisa poderia ter sido diferente, para melhor ou para pior, no curso da sua grande causa.

“Mas deixando de lado a América do Norte, não é verdade que a vida política de qualquer país recebe uma constante contribuição para a sua própria individualidade da atividade mental e moral do mundo, que as idéias fazem volta ao mundo e que a civilização escorre por toda a parte, buscando o mesmo nível? Para apagar o espírito que mantém viva, digamos no Brasil, uma instituição como a escravidão, já morta nos países cujo progresso, cultura, entusiasmo e idéias influenciam o nosso crescimento social e que são, por assim dizer, os planaltos intelectuais, cujas águas correm para nós, precisamos expor, tanto quanto possível, aquela instituição condenada à influência do progresso estrangeiro e contrastar uma morte moral interna com vida moral externa.

“Nenhum serviço poderia ter sido prestado à União Americana maior do que aquele que W. L. Garrison tentou lhe prestar, levantando na Inglaterra uma simpatia unânime pela causa dos abolicionistas e nós, também, abolicionistas brasileiros, consideramos que nenhum serviço maior se pode prestar ao país do que ver o mundo inteiro condenar a escravidão como uma pirataria, porque a sua condenação pelo direito internacional.

encontrará eco no país, resgatando-a e libertando-a muito mais depressa que a nossa voz.

"Também poderia mencionar que estrangeiros de todos os países possuem escravos no Brasil e que participando, assim, dos lucros e da sorte da escravidão eles dão à nossa gente, a impressão de que ela tem a sanção das suas respectivas nacionalidades.

"Os abolicionistas americanos não foram loucos ao ponto de querer uma intervenção estrangeira de qualquer natureza. Desejavam apenas cortar os fios estrangeiros que direta ou indiretamente enriqueciam o interesse e o prestígio da escravidão e atrair para o seu lado as influências morais estrangeiras que pesam na opinião americana e aquecem ou agitam os sentimentos nacionais. Se isto é falta de patriotismo como Mr. Goldwin Smith dá a entender, então patriotismo é um sentimento estreito, atrasado e ciumento, que precisa ser grandemente melhorado antes de se tornar um elo de boa vontade, liberdade e justiça nas diversas nações do mundo.

"Espero que o Senhor me desculpe a extensão dessa resposta escrita com todo o respeito, que eu sempre senti por um professor de moral política como Mr. Goldwin Smith. Mas é doloroso para mim ver as duas principais acusações feitas contra nós, no nosso país, primeiro a de que somos comunistas, porque não reconhecemos o direito do dono do escravo a uma indenização, e sustentamos que a escravidão é uma opressão injustificável para proveito próprio, ao qual o Estado não está obrigado a dar qualquer apoio, mas, pelo contrário, é obrigado a pôr-lhe fim imediatamente, e, em segundo lugar, à de que não somos amigos do nosso país porque pedimos a simpatia do mundo, lançadas em nossa face pelo escritor eloquente, em cujas páginas vimos a escravidão denunciada como o mais nefasto e maior crime da história.

"Quanto à falta de patriotismo, deixe-me fazer uma última pergunta: se não é mais patriótico denunciar os crimes da escravidão ao mundo, levando as classes dominantes e as instituições do governo à barra do Tribunal da opinião pública e envergonhando-as com a opressão de que são cúmplices, do que permitir que estrangeiros continuem a ter como sua proprieda-

de, para açoitar e humilhar, homens que serão amanhã, por força da lei, cidadãos brasileiros, eleitores brasileiros e soldados brasileiros?"

Aí termina a carta, que Allen não conseguiu na ocasião que fosse publicada no "Times", porque no momento todas as atenções estavam voltadas, na Inglaterra, para a questão irlandesa. Mas o "Reporter" a publicou e Nabuco recebeu aplausos inclusive do próprio Garrison, que lhe escreveu de Nova York agradecendo o artigo.

O ÊXITO MERECIDO

Um dos maiores êxitos de Nabuco na Campanha Abolicionista foi ter conseguido vencer nas urnas, nas eleições de setembro de 1887, o Ministro do Império Machado Portella.

O assunto, entretanto, não ocupa grande parte da correspondência entre ele e Allen.

Em 16 de setembro, logo depois da vitória, no dia seguinte, para ser exato, Nabuco escreve a Allen:

"Fui eleito ontem, aqui, por 1.407 votos contra 1.270 dados ao Ministro do Império, ou seja, por uma maioria de 137.

"É uma imensa vitória para a nossa causa essa derrota do Governo na pessoa de um dos seus líderes. Comparado com a última eleição tivemos um aumento de 659 votos. O direito de reunião foi suspenso, um "meeting" foi dispersado pela cavalaria, um homem foi morto e vários feridos, a maior pressão foi exercida sobre os funcionários públicos, o suborno com o dinheiro público foi utilizado em grande escala e, mesmo assim, o resultado foi uma derrota esmagadora do Ministro. A nossa vitória constitui um novo início da nossa vida e um grande acontecimento na nossa história.

"Felicino aos amigos da abolição pelo nosso triunfo.

"É impossível dar-lhe uma idéia do entusiasmo que este ato de independência e de abnegação do eleitorado de Pernambuco está criando no país".

Allen dá logo expansão à sua alegria mandando essa carta de Nabuco ao "Times", que a publica no dia seguinte.

E depois escreve a Nabuco pedindo desculpas por tê-lo feito sem autorização dele.

A Sociedade Inglesa contra a Escravidão aprova uma moção de felicitações a Nabuco.

Gladstone, o grande Ministro inglês em cuja casa Nabuco estivera na viagem anterior, escreve a Allen pedindo-lhe que o felicite pela sua eleição.

Era mais uma grande etapa vencida na marcha para a emancipação.

A VISITA DO PAPA

Em janeiro de 1888 começa uma colaboração importante de Nabuco e da Anti-Slavery Society. Nessa época ele concebera a idéia de pedir ao Papa um pronunciamento condenando a escravidão. Assim, iria ele apelar, segundo disse, para o coração católico da Princesa Isabel e levá-la a conceder a almejada liberdade.

Na carta de 4 de janeiro de 1888 Allen remete a Nabuco em Paris uma carta do Cardeal inglês apresentando-o ao Papa.

Em 13 de janeiro escreve a Nabuco em Paris lamentando não poder ir com ele a Roma e em 17 de janeiro de 1888 agradece a Nabuco uma carta de 12 do mesmo mês, escrita de Roma, que, infelizmente, não foi encontrada entre aquelas que se acham na Universidade de Oxford.

Nessa carta Allen diz que tem grande satisfação em saber que o Secretário de Estado do Vaticano foi tão amável com Nabuco "pois ele pode lhe auxiliar muito".

Depois dá uma de protestante, pois reclama do Papa ter canonizado Peter Clever e dois outros, sem mencionar o trabalho que Peter Clever havia feito contra a escravidão e dizendo que espera que

Nabuco obtenha do Papa a promessa de publicar uma bula que influencie homens *vivos* que os leve a libertar seus escravos. "Nisso haveria alguma coisa de tangível", diz, "mas homens que estão mortos há 300 anos já saíram da esfera desse mundo e não posso conceber como possam ser alcançados por qualquer coisa que seja feita à sua memória por um homem que viva agora".

Nessa ocasião Nabuco se batia também pela publicação de uma nova carta que escrevera ao "Times" e quer o apoio da Sociedade Anti-escravagista para que ela se empenhe pela publicação.

Allen acha melhor esperar antes de insistir, porque é possível que o "Redator" ainda fosse publicá-la. Sugere que quando Nabuco volte a Londres, vindo de Roma, ele escreva uma carta ao redator do "Times", dizendo que esteve em Roma e depois pedindo a devolução do manuscrito.

Nessa carta, como em outras, Allen dá notícias do papagaio que Nabuco lhe levara e diz que o "papagay" está passando muito bem e suportando muito bem o seu primeiro inverno na Inglaterra.

Em 23 de janeiro de 1888 Allen escreve a Nabuco: "Nada ainda no "Times" e lhe transmite uma sugestão de Mr. Sturge de que Nabuco consiga do correspondente do "Times" em Roma que mande uma notícia para o jornal sobre a missão dele junto ao Papa e uma explicação do movimento de emancipação no Brasil por ocasião do Jubileu Papal, pois isso movimentaria as coisas na redação do "Times". Diz que recebeu do "Foreign Office" para ler e devolver uma longa carta do cônsul inglês no Rio, datada de 12 de dezembro, na qual diz que a emancipação está progredindo a passos largos.

TREZE DE MAIO

Finalmente veio a Abolição em 13 de Maio de 1888, data que é a nossa verdadeira festa trabalhista.

De Londres e de toda parte chegam a Nabuco aplausos calorosos.

Allen lhe escreve em 16 de maio:

"Agora mais país nenhum Cristão tem escravos e a abominação fica para os Muçulmanos e pagãos. Este é um grande progresso moral e religioso.

"Aqui vão as felicitações minhas e de minha mulher e de minha família ao "Coração de Leão" que durante tanto tempo conduziu as "esperanças perdidas" do exército da liberdade e agora desfechou o relâmpago, que rompeu o último elo de ferro na corrente da escravidão. Viva! e *Te Deum Laudamus*".

Em anexo envia-lhe umas palavras de Whittier sobre o Imperador.

"Coroados duas vezes pela bênção dos homens e a Graça de Deus, "Quem libertou um povo torna certo o lugar da sua estátua nos templos do Vahalla".

A Sociedade Inglesa contra a Escravidão encarrega a Nabuco entregar à Princesa Isabel um pergaminho contendo uma moção de aplausos e ele o faz, acompanhado de André Rebouças e Gusmão Lobo.

Agora, concluída a sua luta, Nabuco podia recordar-se do passado e pensar nas conseqüências do que havia feito.

Na carta em que comunica a Allen a entrega do pergaminho à Princesa, Nabuco lhe diz:

"Por estranho que pareça os donos de escravos têm se declarado em grande número adversários do Trono e agora temos que enfrentar uma facção republicana considerável.

"Foi um gesto muito ousado e corajoso o da Princesa, mas espero em Deus que ele não venha, por isso, a custar-lhe o seu trono".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A campanha de Joaquim Nabuco foi feita sem tréguas e sem hesitações ou temores.

Quando o Exército colaborou na captura de sessenta escravos foragidos na Serra do Cubatão foi ele acusado de ter dito que os soldados estavam servindo de cães de escravos. Um deputado levantou-se na Câmara para acusá-lo desse crime de quase lesa Majestade. Nabuco não teve dúvidas na resposta: "A nova exploração é que eu chamei de cães de escravos ao Exército Brasileiro, quando chamei de cães de escravos a todos que se prestam a apanhar escravos fugidos, desde o Presidente do Conselho, que vai à frente da matilha, até o último soldado de polícia". (Carolina, pág. 231).

Mas não pregava aos escravos que se revoltassem contra os senhores. Antes pelo contrário, mandava aos que fugiam e vinham lhe pedir socorro, que voltassem para os seus donos, como se vê na sua carta de 23 de outubro de 1881 a Allen, cujo trecho final é o seguinte:

"O grande sofrimento da posição que tomei é de que nada posso fazer para auxiliar os pobres escravos que cada dia vêm me ver, acreditando estar em mim o poder de libertá-los, quando tudo que está ao meu alcance é devolvê-los às senzalas de onde vieram e à ira dos seus senhores".

Não foi assim um disseminador de ódios de classes ou de infelicidade entre os escravos que procurasse despertá-los à desgraça do seu estado, tirando-lhes escamas dos olhos, que talvez os livrava de perceber a injustiça da sua condição.

Embora se acusasse Nabuco de ser comunista por ser contra a abolição remunerada, nunca se pôde dizer que fosse subversivo.

Uma das belezas do abolicionismo é que foi um movimento das classes dominantes a favor das servientes. Não foi uma decisão tomada sob pressão ou reclamação destas, quando não era mais possível agir de outro modo.

Nabuco lutava sempre dentro das normas legais e constitucionais e nem poderia ser outro o seu modo de proceder, provindo de uma família que sempre servira ao país com orgulho, seguindo, pode-se dizer, o lema do Príncipe de Galles: "Ish dien": "Eu sirvo".

Essa atitude de respeito à lei Nabuco a manteve, apesar de depurado uma vez e prejudicado outras por processos eleitorais fraudulentos.

Nunca acreditou em revoluções. No "Estadista" diz que a desgraça delas é a de que sem os exaltados não é possível fazê-las e, com eles, é impossível governar.

A 5 de junho de 1881, aos 31 anos de idade, quando ainda restam acesas muitas chamas da contestação da juventude, escreve a Allen:

"A emancipação não pode ser feita através de uma revolução, que seria destruir tudo; ela só pode ser realizada através de uma maioria parlamentar, e é por isso que é tão importante para nós não nos tornarmos uma minoria ainda menor do que já somos".

Não há, nos seus discursos, vislumbre de demagogia ou tentativa de seduzir o povo com promessas inviáveis. Falava com sinceridade absoluta e tinha por regra "não dizer nunca nada que não tivesse passado primeiro pelo coração", e essa foi sempre a chave triunfal do seu sucesso.

José Thomaz Nabuco

Correspondência
com a British & Foreign
Anti-Slavery Society

Rio de Janeiro, Brazil, April 8th, 1880

Charles H. Allen, Esq.
Secretary of the British and Foreign Anti-Slavery Society

Dear Sir:

I had the honor to receive the communication you kindly addressed to me, of the Resolutions passed by the Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society, and I beg you to convey to your distinguished Associates, and to receive for yourself, my most sincere thanks. Your approbation was not for me a matter of doubt, therefore it honors me still more.

The fact that a great English Company has lent itself, for twenty years, to be the chief instrument for the illegal enslaving of hundreds of men, for whose freedom it had solemnly pledged itself by a public contract, could nowhere excite so much indignation as in England. It is for that that the S. João d'El Rey Mining Company and its accomplices had never more constant and uncompromising enemies than Her Britannic Majesty's Representatives in Brazil. I was perfectly aware then that I was rendering a service, both to the English nation and to the slaves of Morro Velho, by denouncing the spoliation of human freedom perpetrated by an important gold mining enterprise of South America under the protection of the British flag. I had only in view to call the attention of the country to that scandalous conspiracy, and give it the largest publicity. In fact justice after this step could no longer be delayed. I here must heartily join you in the praise you bestow upon the worthy magistrate, whose name I beg leave to mention, Judge Frederico Augusto Alves da Silva, who has, by his decree, affirmed the right of the Catta Branca blacks to their freedom and salary in a way which, I am confident, will not be altered hereafter. It is unhappily much to be

regretted, and it should be investigated, that out of the three hundred and eighty five slaves, who in 1845, obtained a perfect right, by a legal title, to their liberty (the minors when they should attain twenty one years, the others after fourteen years of services rendered), only one hundred and twenty three now appear to receive their letters of freedom from the hands of public justice.

As for the resistance I offered to the Chinese immigration scheme, I think with you that any labor contract celebrated in China will soon degenerate into a Slavery bond for the contracted, in whatever country he may chose to settle. I oppose the idea of sustaining artificially the large proprietorships with the Asiatic, instead of the decaying African stay. This plan meanwhile seems to meet with an insurmountable obstacle by the refusal of the Celestial Empire through its government to celebrate any treaty, allowing the emigration of its subjects to be converted into a traffic. After the fall, moreover, of the Sinimbu administration which had undertaken to furnish the agriculturers of two only of the Southern provinces with Coolies, there is no longer any reason to fear that the black be replaced by the yellow slave, and the inheritance of slave labor will appertain entirely to free people.

Thanking you once more for the greatifying message you sent me, I assume you will always find me at the fighting post I now occupy. I place the Emancipation interest beyond any other, above any party allegiance or engagement. Compared to this great social reform, which should extend the right of freedom, property, family and conscience, to the race which produces more than two thirds of Brazilian exportations, political reforms remain in the shade.

In the approaching session of the House of Deputies, besides a bill, the purport of which is to correct many of the inequalities and iniquities of the slavery covenant, I will introduce one establishing the date of the 1st. of January, 1890, for the entire abolition of Slavery in the Empire. I know such a large period is a compromise, but it is a necessary one. It is the only means of surmounting difficulties which are still very great. The law of the 28th of September, 1871, sufficient for that time, has a slower action, and gives a lower rate of yearly emancipations, than the circumstances of the country and the steady progress of public conscience, now, both allow and require. An unchangeable term, such as the 1st. of January, 1890, would leave time to the planters

to prepare for the great evolution, while it would directly give rise, in the hearts of the slaves, to an invaluable hope, of an infinite price, which would render life less and less hard for them, at every step of time that should bring them nearer to freedom. This bill will not be converted this year into a law, but introduced every Session, in a Liberal House by myself or some of my friends, in a Conservative House by some proeminent Conservative Abolitionist, like Mr. Gusmão Lobo — increasing every time in votes, it will triumph at last. As the date is immovable, every delay would render the transition period shorter, but it would not be our fault. The frontier of the next decade shall not be crossed in Brazil, I hope, by any man calling himself a slave. Such a hope I express here is sure to meet with the sympathy of the Emperor, who cannot but be earnestly desirous of leaving to his daughter a free country, rid of slavery, and who has had already forty years of reign to execute what Alexander II, of Russia, did after six, not for one million, but for forty millions of his subjects, against most terrible odds and incomparable social resistances, without disposing in fact of any greater strength. We will have, besides, on our side the generosity of the national character, and chiefly the complicity of the slave-owners, who out of human feelings are actually becoming more and more the best workers of Emancipation. The law passed under Viscount of Rio Branco's administration was certainly not a compromise between two independent Sovereignities: the State and Slavery. It was not a contract, *do ut des*, nor a treaty of alliance. It was like any other, a legislative Act, to be tested by experience and by its own nature, the mere fore runner of the definite solution. It shakened the traditional building, exposed its secular foundation now the fall must follow. Under the last Cabinet the movement was checked for a while, but the Cabinet was thrown down and Emancipation stands. What a better signal of public spirit than the private liberality of great and small landowners, leaving, by will, all their slaves free and distributing lands amongst them? Every day a new name is inscribed in that Golden Book, whose pages every Brazilian would be proud to read. What a better signal, too, than the position assumed by the leading newspapers of the country, all favourable to Emancipation, as, for instance, the *Jornal do Commercio*, whose defense of the Redeeming Fund honors our journalism, and the *Gazeta de Notícias*, open to every social reform? All the generosity of the country is aroused, long since, in favor of progressive abolition. Anywhere, at the public meetings, as well as in the Parliament galleries every word of abolition is greeted with

applause, and true popularity is attached to the memory of those who were the precursors of the idea, as well as to every statesman who tries to build the greatness of the country upon a free soil. Finally we may rely on a late, but powerful, contingent, when all those who descend from slaves will understand what a duty that legacy imposes on them towards the cause we defend. "The fact remains, but the right has passed", said the Senator Nabuco, my father, alluding to the beneficent law of the 28th of September, 1871. Well, a fact that does not stand upon right is condemned to perish, it has no internal life, and the sooner it disappears, the better.

The British and Foreign Anti-Slavery Society sees every day the propagation of its efforts. That is a result of the work of social and moral levelling, which is being carried on among civilized countries. These efforts more than once were directed towards Brazil, and they were not unsuccessful. Well, the day is not very distant, when, in the geographical map of Slavery, Brazil and Cuba, two of the most beautiful and fertile portions of the globe, will no longer be the dark spots in American land. That day, your work will be almost finished, but from that day only, a date I called the national hegira, will begin the new life of a country destined to be by the virtue of free-work alone, a blessed home, the pride of her children, born or adoptive.

Offering you the assurance of my high regard, I have the honor to be, dear Sir,

Yours very sincerely
Joaquim Nabuco
Member of the Brazilian Parliament.

32, Grosvenor Gardens, S. W.
February 14th, 1881

Dear Sir:

I should like to write an article on the slavery question in Brazil stating all our views. I do not know if I could find the way for that article being placed before the eyes of a large member of representative people in England, by being published after correction in some Magazine of high class and influence. In case you could give me a chance of publishing it in the conditions I desire, I would begin to work in it as soon as I receive from you such assurance. I am sure no more important question could attract the attention of liberal opinion than the one on whose solution depends the fate of a whole race of men. I do not know how to write in English so as to appear before an English public, but I will have my contribution grammatically corrected by someone who knows. I think this would be a great service rendered to the emancipation cause, and that is the reason why I do not shrink before it.

If you see the possibility of any such publication, I ask you to let me know.

I saw the paragraph in the last issue of the "Economist" and I thought it excellent.

I beg you to believe me, dear Mr. Allen,

Sincerely yours,
Joaquim Nabuco

P. S.— I have given up the post cards

Rio de Janeiro, June 5th, 1881

Dear Mr. Allen:

I arrived here a month ago, but so many engagements and duties were waiting for me that only now I can write to you and think of the pleasure which your acquaintance gives me. I have nothing new to tell you about the Anti-Slavery movement here. I was well and warmly received by my friends, but I doubt if the reception I met with in Europe has not been a fine subject for the pro-slavery party to play with before the Constituencies. It is current that this House will be dissolved and new elections will by all means take place this year. I present myself now for Rio de Janeiro, the Capital of the Empire, and a strong work will be done on my side. The result appears very doubtful, Rio being a very important point for both parties, to win which is by itself a victory greatly coveted. If I lose my seat in Parliament I will have had a very short political career but I will be glad not to have a long one by submitting to slavery and treating with it. I send you one of the portraits you wish for and the other three to the persons whose names are written on the back, praying you to forward them to their addresses. I present my respects to Mrs. Allen and hope to be able to see her often if by any means I leave public life by a contrary vote of this city. In this case I will do my best to spend some time in England, helping from London as much as I can the abolitionist movement here. The next elections are all important for us, because the question can only be decided in Parliament.

Emancipation cannot be done through a revolution, which would be to destroy everything — it will only be carried by a

Parliamentary majority and therefore it is for us a great question not to become a still smaller minority than we were.

Believe me, dear Mr. Allen,

Truly yours,

Joaquim Nabuco

Rio, June the 13th, 1881

My dear Mr. Allen:

Will you be kind enough to forward the enclosed letter to Snr. Regidor Jurado, whose address I forgot? I have not received news from yourself since I arrived here, but I hope they are at present crossing the sea. I am sorry I left England before the Season when there was hardly anything for me to do here. I remain, dear Mr. Allen,

Sincerely yours,

Joaquim Nabuco

Rio, October 23rd., 1881

Dear Mr. Allen:

I have only time to write to you a short letter to let you have the decision of our Supreme Court on the "Morro Velho" case. The sentence of the Ouro Preto Court of Appeals has been annuled and the appeal Court of Rio shall give a new judgement on the point of the blacks wages and their right to freedom by force of the 1845 contract. The importance of the *Acórdão* which ordered the revision of the Minas sentence is chiefly that by the Ouro Preto sentence the blacks were considered free by the Morro Velho's concession of freedom in 1880 and not by the 1845 contract, while the Supreme Court says that their right to freedom dates from the contract between the Catta Branca and the Morro Velho Companies in that year. It is very important too that it was proposed in the Supreme Court to bring over official proceedings against the Morro Velho agents for having reduced free people, of *whose freedom they were conscious*, to slavery by matriculating them in 1872 as slaves. Such was the vote, as you will see in the *Acórdão* of the Ministers of the Supreme Court *Silveira e Sayão Lobato*. The Court did not vote the criminal proceedings simply because they do not technically consider to be the same crime of reducing free people to slavery when the people are *actually* free and when they have however clear and *incontestable* a right to freedom. This is a purely technical ground and does not signify that the Ministers who voted against the prosecution hold any different view from their colleagues, who pressed for it on the point of the conspiracy and the *keeping* in slavery of men who ought to be *freed* twenty two years ago.

On the 31st. the electoral battle shall be decided and it is almost impossible for me to win. The candidate who will probably defeat me is himself a *fazendeiro* (coffee planter) in S. Paulo. I present myself in Rio — it was a very bold attempt to struggle with slavery in the City they pretend to be the Coffee capital. If I am defeated, as I expect, I will probably go to London for a few years, as I can hardly do anything out of Parliament except to educate the people by pamphlets and writing and this I can do better in London than here. The greatest suffering of the position I took is that I can do nothing to help the poor slaves who every day come to me believing I have power to free them, while I can only send them back to the slavery quarters and to their master's wrath. I will send to you the documents of the campaign and the results of the vote. I intend saying in my next address that if I am defeated I will bear proscription and the social antagonism which their vote of ostracism shows to exist between the abolitionists and the electors, with the same resignation and patience with which the slaves bear their intolerable condition. In a country where over one million of men have no rights whatever, neither to have a family protected by law or property of their own except with great risk — nor to have their labour payed at least one day during their lives — it is a very mild sentence that which may condemn me to leave political life and my seat in Parliament to the slave owners and the delegates of slavery. I beg you, my dear friend, to remember me kindly to Mrs. Allen, to present my warm wishes for his health to the venerable Mr. Cooper and to present my compliments of fellow workers and associate to Mr. Gurney, Mr. Sturge and Mr. Crawford. I am always.

Sincerely yours,

Joaquim Nabuco

P. S. — What a grand work you have done in Egypt! I was to write a short note and I came to this page. Pardon me

J. N.

January 5th, 1882

Dear Mr. Allen,

I am so very busy to-day and to-morrow that I must deprive myself of the great pleasure of going to the City in order to see you until the end of the week. Next week you say you are going to France. Well when you come back I shall see you. Now we have plenty of time. I am very sorry not to be able to be present to the meeting of the Committee to-morrow but I hope on the next months to renew my acquaintance with that worthy body and see again Mr. Sturge. Unhappily I did not arrive in time to pay my last respects to poor Mr. Cooper. He lived a noble life — that is the best one can do. Give my compliments to your sons for the pleasure they are causing you and please represent my respects to Mrs. Allen.

Good bye and *au revoir*.

Truly yours,

Joaquim Nabuco

19, Brook Street
23rd of January, 1882

Dear Mr. Sturge:

As Mr Allen is now in the south of France, I take the liberty of troubling you to get some information on a point which does interest you so much, the Morro Velho Company's case about the slaves it has illegally held. The representative of the Blacks against the Morro Velho Company wants to know: 1o. — If it exists in London any representation of the extinct Catta Branca Company and if it does where does it function and what are its character, powers and legal standing; 2o. — If between the representatives of the Catta Branca Company, if such exist, and the Morro Velho Company is there any union or community of interests known in the City; 3o. — who are those persons, what is their public character, and their social position or profession.

Mr. Jacintho Dias da Silva, who pleads the cause of the Blacks, now in appeal before the Relação, writes to me to have that information, which he says he asked too from the British Legation in Rio and finds very useful and almost necessary for the stating of the Blacks rights as the Morro Velho insists in having paid the salaries to the extinct Catta Branca's delegates. I am sure you know all about it and could give me the information Mr. Dias da Silva wants to embody in his defense of the poor slaves' right. I am sorry to trouble you, and am ready to call on you at the Anti-Slavery room to get the necessary information.

I have sent you by post the *Democrata* of Madrid which I promised you. I would be very glad to have the last numbers of the *Reporter* and a copy of the address assigned. With all my compliments.

Truly yours,

Joa. Nabuco

19 Brook Street W.
London, July 16th, 1882

Dear Mr. Allen:

I must congratulate you and the Anti-Slavery on the final sentence delivered against the Morro Velho Company and in favour of the Blacks. I enclose the article of the Rio News of the 24th. which I dare say you have seen wishing you if you have another copy to return me the scrap.

This week I will go and see you and talk about Brazilian matters unless you write to me that you shall not be in your office either on Wednesday or Thursday next.

Please present my compliments to Mr. Sturge and believe me always

Very truly yours,

Joaquim Nabuco

Malvern Lodge
Norfolk Square
Western Road
Brighton, August 16, 1882

Dear Mr. Sturge:

I send you confidentially, wishing you to send it back to me after reading, a letter I received last year on the subject of certain blacks in Minas Gerais, as you might talk to the persons concerned in the case and see what to do in favor of the slaves.

I do not think Mr. Allen is in town, if he is with you please show him the letter.

Very truly yours,
Joaquim Nabuco

117 Western Road
Brighton August 28th, 1882

Dear Mr. Sturge:

I have just received your letter on the subject I wrote to you about and I am sorry to hear that Mr. Travers Twiss could not place the point before the body in which he is so influential.

I am sure the International Law Conference you speak of was not meant by you to be the Conference for the reform of the International Law which met in Liverpool, but the Institut de Droit International which is to meet in Turin on September the 11th.

I was preparing a paper on *Slavery before the International Law* — but as you cannot have the subject conveniently brought before the *Institut*, it is better to postpone it to the meeting of next year. Meanwhile I will enlarge the paper I was writing and make it more complete when I go to London as I have no books here.

Believe me always very truly yours,

Joaquim Nabuco

Ed. Sturge, Esq.

33, Davies Street
Berkeley Square, W March 31st, 1884

Dear Mr. Allen:

I hope you are in good health after your short holiday. I am going to take mine now, as ever since I came from Milan my health has been very poor and I have lost 2 stones without knowing the cause of my extreme nervous debility.

I hope the long sea voyage and change of climate and surrounding will prove successful if what I am suffering is simply over-work combined with home-sickness and want of my native sun.

I think of leaving for Brazil on the 15th and to stay away 4 months. But who knows? Meanwhile I am glad to tell you, the Abolitionist movement there is getting every day stronger and I trust my holiday will be employed in agitating the question still more than it has yet been. The moment seems to me to have arrived for some energetic kind of action.

Your "Gordon Pasha and Life" seems to be very popular. What tremendous blunder his Proclamation was! Happily for us it came after the Milan Conference.

I will call on you some day next week and would feel obliged if you did kindly present to Mrs. Allen my respects and best wishes for her own and her children's welfare.

I remain always

Yours very sincerely

Joaquim Nabuco

Rio, May 17th, 1885

Dear Mr. Allen:

After a long suspense my claim to represent the capital of Pernambuco, the City of Recife, was defeated in the House by a Coalition of Conservatives and pro-slaves liberals against the united forces of Liberals, Republicans and Abolitionists. The House has thus admitted to a seat a man whom the *majority* of the electorate had in a legal election repudiated. I send you a leading article of the newspaper "O Paiz" in which my exclusion from Parliament is severely discussed. In Recife the news produced a great shock as you will see by "The Rio News" and as a new election is to take place on the 7th June in one of the districts of the Province the liberal candidates have withdrawn in my favour, so that I have again a chance, although a slight one — it being an agricultural district this time, of entering Parliament. The seven Liberal votes which added to the Conservative rejected me were of men entirely dependent on the patronage of slavery or of coffee merchants here. The new Ministry come to power distrusting us and distrusted by us, Abolitionists, while it has a promise of support from Conservatives and pro-slavery Liberals but it has already introduced the same bill nearly for which Senhor Dantas was overthrown which shows the strength of the movement against slavery. The Cabinet think their bill will put an end to slavery by purchase in 7 years or 8. We will fight the indemnity principle, but will end, I believe, by voting the funds, however unfair and unjust the principle be of making us and poor people and old slaves themselves and all those who spontaneously liberated their slaves and pay taxes for the redeeming of other people's slaves.

If I am elected on the 7th I will telegraph to the Brazilian Legation — so that you may know when you receive this what my fate has been.

I long to see myself again in London, but both by the article of the "O Paiz" and by such a behaviour as that of the Liberal candidates to give up their place in my interest you will see how difficult it is for me to leave my country.

Yours sincerely

Joaquim Nabuco

Rio, August 6th, 1885

Dear Mr. Allen:

I have to thank you for your communications to the *Times*. We have formed in the Chamber of Deputies a Parliamentary Abolitionist Group, the Statutes of which I enclose. Until the end of this Legislature the fight over Slavery will be a hard one. The Government are carrying their bill through. The two old parties both formed chiefly of slave-holders and representatives of the political power of slavery are supporting the Cabinet of Senhor Saraiva in fear of a more advanced one and voting his bill to avoid the introduction of a really honest and straightforward measure. We of course are opposing that shameful Act through which Slavery will be perpetuated in the National Debt, threatening the nation with bankruptcy. I said the other day in the House that it had converted itself into a Marrocos Slave Market. They vote a tablet of prices fixing the price of £ 90 for the slaves under 30 years of age, £ 80 for slaves between 30 and 40 years and £ 60 for slaves between 40 and 50, 40 £ for slaves between 50 and 55 and £ 20 for slaves from 55 to 60. Slaves of 60, 61, 62 years will be nominally free bound to work three years still for their masters, slaves of 63 bound to work two years, slaves of 64 bound for one year and slaves of 65 upwards actually freed. The prices above are scandalous, and the scandal is greater because the bill alters the present law which enables a slave to redeem himself through his acquired *peculium* subject to arbitration. By the new bill the evaluation is abolished and the slave will have to pay for his freedom the whole of the price fixed for slaves of his age, without any regard to his personal conditions. But what makes those prices scandalous is that they amount to the

double and in many provinces to three times more, of the current prices. So that the Government raise so very high the value of the slaves that it will be impossible for any province to do hereafter what Ceará and Amazonas did. I mean to free themselves through the falling off in slave's value as the slaves have now a price which will prevent people from giving them up and will make every slave master wait for his turn to have his slaves bought off by the State at a higher rate than he could yet in the market. The Government have thus found means to make the slave market recover, to restore their old life to transactions over slaves and to insure slave property at the expense of the taxpayers, abolitionists, non slave-holders, foreigners, poor people, people who already liberated their own slaves and lastly and most shameful freedmen and slaves.

It is altogether an attempt of slavery, condemned as it was by the national voice, to save itself from utter failure at the sacrifice of national ruin.

The political oligarchy which govern this country could not resist the cry for abolition, but they contrived to replace the abolition bill by one for the liquidation of slavery on the best possible terms for persons interested in it. After having raised the price of slave property they introduced as the two abolition factors in their scheme — 1st. a depreciation of value of so much a year, starting from 2% and ending by 12%, combined to leave the slave at the end of thirteen years without a value and therefore free, and 2nd additional tax of 5% on the whole of the national taxation, (exports only excluded to spare the slave-owner alone) to be divided in three equal parts. With one the Government will buy slaves below 60 years of age to free them at once; with another the Government will pay the interests of a 5% issue of bonds to buy off for half their declared value the whole of the slaves employed in plantations whose owners will agree to receive half their value and five years of apprenticeship to declare them free and only employ free labour in their estates; with the third part of the Government will subsidize colonization for the agricultural establishments now cultivated by slaves. It is altogether a futile and absurd scheme for helping the planters to get rid of their slaves at a *minimum* of loss, a scheme which will impose great sacrifices to the taxpayers without insuring any actual good to the agricultural industries of the country. But planters accept it as the best thing they could get and hoping in their renewed contract with the State to hold slaves for

thirteen years longer to pay off their slave debt at the cost of the slave labour. The bill provides only for the *nominal* slaves, as the *ingenuos*, who are slaves too, being bound up to serve the masters of their mother until they are 21 years old (and therefore as slaves as the real slaves as nobody is to be a slave in Brazil for more than 21 years, thank God, the nation would not allow it) are altogether forgotten and left outside the beneficent sphere of this heavenly born Abolition Act.

The Act besides imposes a fine of £ 100 on those who will help a slave to run away — an outrageous measure as slaves who run away often run away from fear of dying under the lash and no man of honour could avoid helping the poor wretch and states that no run away slave can be freed, which means that to recover his freedom he must first go back to the lash or to what is death for him.

I have said enough to justify our opposition to a bill which has no other aim but to delude the world and the country, which is very popular among the slave-holders and their creditors, but which will be ruinous to the country and to the poor people, called upon to save from utter bankruptcy the mortgaged long ago and exhausted slavery of this country. We are going to increase our debt and our taxation when the budget has a large *deficit*, which each year bequeaths to its follower, and when our currency is depreciated of 40%, a state of discredit to which our finance Ministers got so accustomed that they consider mere and ridiculous declamation anything said on that point. Slavery led us to ruin in every way. Its exclusive, intolerant, shut up spirit was for a long time the basis of a policy internally favourable in every point to backwardness and routine and externally to prestige and war. After the Paraguayan war it changed its views and begun to press for material improvements, crying for railroads and the rest. The country on account of its immense coffee crop was said to be the richest in the world and the future was taxed with successive loans without any sense of what in a vast and young country exposed to all sorts of unforeseen expenditure, like the Ceará drought for instance, and eager to imitate every European progress and possess each new material, moral, intellectual or social improvements of civilization — ought to be the proportions between the vital and the dead parts of the national budget. Now the harm is done. Our debt and war budget have grown tremendously and the weight is still to be increased as long as the winding up of slavery lasts.

Either in national finances or in agricultural prosperity; towards the soil it found and finds virgin as its preads, as well as towards the people it employs; with regard to our institutions from the throne to the electorate, in everything slavery means failure and decomposition, weakness and atrophy. Only a new spirit totally opposed in agriculture and trade, in politics and education can undo in centuries of freedom and justice the harm done in centuries of oppression and rapine. And unfortunately the Government believe still at this advanced hour that slavery can save anything and that without it we are lost. No wonder we Liberals do not follow blindly the Cabinet in this attempt to make the death of slavery and its burying so soft that no one be aware of it — neither the master nor the slave, the country nor the world.

Good bye — dear Mr. Allen, I have long enough occupied your attention.

Yours very truly,

Joaquim Nabuco

Pernambuco, January 23rd, 1886

Dear Mr. Allen:

The elections took place on the 15th. inst. and I was defeated in this City. The majority of the Conservative candidate over me is wholly due to the pressure of the Government on the public *employes*, who form a large portion of the small electorate of this town, and to the promises of employment profusely distributed among the poor classes of our people. (While the large slaves owners made every dependent of them vote as one man against me the negroes, who are numerous, were not all faithful to our cause and voted largely for the slavery flag. I went to more than one black elector and asked for his vote. I cannot, Sir, I promised to vote with the Conservatives. I am engaged — Engaged! That poor man did not know in his ignorance of social solidarity that he was engaged to vote for me two centuries ago and that his own colour ridiculed his "previous engagement" excuse!

Brazil being so extensively a composite nation nobody more than I am glad to see that there is no possible way to trace here the colour line as a political boundary, so distinct as it is in the United States. Even the slavery question did not create a race feeling, altogether absent from our whole history and thence from our present national constitution. But at the same time this unconcern of the negroes in Brazil in the question of abolition, this way as soon as they cease to be slaves and jump at once to the dignity of citizens and electors of throwing off any blood tie whatever with their own enslaved race, is a sign more of how deeply the humiliation of slavery penetrated the mind and heart of the slave people and of

the difficulty of the abolitionist movement had to fight against in Brazil. Here, in fact, instead of a solid negro vote, as in North America for the party that rose the cry of abolition, as a debt of gratitude of a whole race towards their liberators, we could see the negroes with worthy exceptions following the party banner of their old masters as a remnant of the slave soul still alive in them.

Now that I have said this about my election let me give you an idea of the political situation in Brazil and its future prospects. The Conservatives have elected an almost unanimous Parliament. The very few Liberals who could break that actual unanimity are in their majority men who helped the Conservatives to power and whom they in turn treated as auxiliaries and very useful ones. Those disguised Conservatives in contrast with the Liberals will give a semblance of division to the party in Parliament.

But the new Conservative victory is a sad news to Brazil. We during more than forty years had no real elections. The Emperor had only to call to power to chief of a party or section of party and that new minister would at once have a Chamber of Deputies of his own. In Portugal, in Spain, in Italy, and throughout Latin America, in different scale, though, this is still the existing electoral system. Parliament is an extension of the Government of the day. Lately we had a change in Brazil. The Liberal party reformed our old system of indirect election into the direct system and its principal statesman Senhor Saraiva pledged himself as prime-minister to have really free elections in the country. In fact the two first elections under the new Reform Act were perfectly free, the opposition being more protected than the party in power and electing one time a large number of deputies and another defeating the government. Although a free grant, and freedom, as the great German poet said, is only worthy when it is a conquest, the country was proud of its new independence in voting down the government in power and that feeling if it were encouraged could produce a sort of real self-reliance in the people and enable it to rule itself. Now the dream is over, the Conservatives could not resist the temptation, Senhor Cotegipe is not made of the same disinterested stuff as Senhor Saraiva, and we go back to the old system of each Government electing their own Parliament, fit to carry on their policy, that is to maintain them in power as long as it please the Emperor.

The short life of electoral freedom in Brazil and the spirit of political revenge now running wild through the country in the heart

of both parties are facts which places us before very serious contingencies. The future is dark indeed. The discredit of the direct election means the fall of the last barrier between the dynasty and the republic. Wishing for earnest reforms which they have now no means to obtain from the electors, the Liberals are being strongly led in two different directions: the ones feel it is useless to fight against the present order of things and still more useless to hope the existing institutions, while the others have faith in meeting mid-way the republicans and in the end of the present reign preparing for its succession the advent of a new social form.

A feeling is very strong among the Abolitionists that the Emperor encouraged our movement to the point of forming an abolitionist government and then gave away to a pro-slavery coalition and allowed the slave-owners so to say to pocket in the national aspiration by converting their slaves in state debt for three to six times over their actual value. The late change of parties, due exclusively to his own inspiration, brought about in the country a reaction against the liberating movement, the Conservative government was freely allowed by him to form an unanimous Chamber using all means of corrupting and intimidating the voters, pledging our future budget to the voracious hunger of a rising party of place seekers and in the midst of all this confusion the poor slave was made to pay for the movement started in his favour without even his consent. This feeling is now straining very fast from the monarchy the sympathy and the good will of all earnest Abolitionists and of course the Republic is the gainer by what I call the error and I hope history in possession of all facts and documents will not call the crime of the Emperor. To superficial observers the Conservative victory may appear final and conclusive, but if they go deep in the causes of it they will see that it resulted entirely from the rottenness of slavery and from its deadly effect on the national character, and as both the throne and the institutions are raised on the Slavery foundation exclusively the future of the whole fabric is a matter of serious doubt and concern for those who like myself always thought that the way for the monarchy to root itself firmly in the heart of the nation was to put itself at the head of the Liberation of this country from the treble slavery monopoly — of land, of labour, of capital, even if the Emperor who knows that his will is the only real power in Brazil and that he is practically as powerful under our parliamentary form of government as Augustus was under the forms of the Consular Republic — were to assume the role of a civilizing

despot instead of ruling without any heartrending for more than forty five years over a large slave market and a nation's paralytic bed.

Believe me always, dear Mr. Allen,

Sincerely yours,

Joaquim Nabuco

P. S. — We formed yesterday here a political liberal association called Abolitionist and Federal Union of Pernambuco, with four hundred members to begin, all electors of this city. We mean to carry on our agitation although the glacial cold of the high regions has frozen some former enthusiasms of so-called abolitionists the strenght of the abolitionist movement can be revived and we hope to make a dead letter of the new Act for purchase of slaves by the State above their price and for renewing the slavery legal term for another fourteen years.

J.N.

I leave to-morrow for Rio.

Private

Rio, April 18th, 1886

Dear Mr. Allen:

I send you the enclosed letter for you to be kind enough to have it sent to the *Times*, and if not accepted, to some other paper.

I am now writing a series of pamphlets, of which I sent you already the first four. My friends are striving to raise the capital for a daily paper. I do not know if they will succeed. In case I despair of starting it, I may be forced to go back to England, to get my living there, as when the slave-owners, by *boycotting me*, reduced me to do in 1881. But at this moment, I am conscious that my leaving Brazil would be detrimental to the Liberal cause, not the Abolitionist only, and I will do the utmost to remain. Unfortunately the way to solve my individual problem together with the social problem is a very difficult one. If I were to start a paper I will ask you to be kind enough to send me occasionally some information.

Pray present my respects to Mrs. Allen and believe me.

Yours very truly

Joaquim Nabuco

April 18th, 1886

To the Editor of the *Times*

Sir:

I hope you will allow me some space in your column to refer to two points on a recent article on W. L. Garrison, by Mr. Goldwin Smith, in Macmillan's Magazine. I would not so appeal to your kindness if those two points, besides their value with regard to the Abolitionist movement in the United States, did not concern the freedom of one million of living slaves in Brazil and the patriotism of the whole Party that fights for their freedom. Unfortunately, the Slavery question is not dead throughout the World, and as history repeats itself with the minutest fidelity in relation to it, the enemies of that institution having had and still having to fight everywhere against the same spirits, the same theories, and the same prejudices, no word can be said against them in the past, that does not practically result in strengthening the hands of the slave-owners in the present, chiefly when the blame comes from a man like Mr. Goldwin Smith, than whom nobody was ever more eloquent or indignant in denouncing slavery.

The two points in his article I find injurious to our work here are, the first, when he admits the right of slave owners to compensation as any other holders of property and the second, where he criticizes the Massachusetts Abolitionists for trying to raise public opinion in England. Now, as to the first, if compensation is a perfect right of the slave-owner, the State has no *right* to abolish Slavery unless it is prepared to pay the price of the slaves. If by abolishing Slavery without compensation, it violates the Ten Commandments, it has no right to abolish it. But suppose the State

forms the conviction that Slavery is a crime. What side then to choose? Take a poor country like Brazil which Slavery has ruined in her prospects, debased in her Government, humiliated in her people, devastated in her lands and crushed under a tremendous debt, that can only be paid by renewed loans. If we convince ourselves that slavery is a moral guilt and a national shame as well and find ourselves at the same time unable to pay for its extinction without ruining our credit, robbing our creditors, and what is perhaps still worse, taxing to death the slave people themselves in order to save their masters, does Mr. Goldwin Smith mean to say that the Ten Commandments oblige us to go on lending our strong arm, our unwilling army, our magistrates and our Parliament, to hold on the slave market, to hunt up the run-away slaves and to protect with our flag an institution we would consider nothing else but organized robbery, debauchery and assassination? I do not believe, Sir, that a nation is morally bound to ruin herself to acquire the right of stopping the practice of a crime, only because in her ignorance and servility to the dominant caste, she did not prevent it from carrying on that crime, as a trade. I leave aside all the points connected with the legality of slavery either in the United States, Spain or Brazil, as it would be only too easy to show that slavery, besides being a moral guilt, was every where a human blood smuggling. I simply ask if any nation that allowed during a certain time an oppression to go on under the name of social institution, is morally help to pay with her whole ruin for its extinction, leaving, if she is unwilling to make the sacrifices, the victims of that oppression indefinitely in the hands of her would-be creditors until she can pay them her debt?

As to the second point, history well justified the Abolitionists in appealing to England. Did not Mr. Goldwin Smith himself take part in the powerful agitation, that the English Liberals, under the leadership of Mr. Cobden and Mr. Bright, found necessary to raise in England to counteract the sympathy of some classes of your community with American Slavery? Did he not write a book full of the sparkles of his mind, to make England a moral ally of the Union? The American Abolitionists seem to have understood what a strong element in the battles of Slavery the English sympathies would necessarily be, and perhaps either if they had not, in time, looked for symphathizers among the leading forces of England, or if they had succeeded in conquering them all, many things might have been different for the worse, or the better, in the course of their great cause.

But leaving North-America aside, is it not true that the political life of any country is a constant contribution to her own individuality of the mental and moral activity of the world, that ideas go round the Planet and civilization rises everywhere to the same level? To kill the spirit that keeps alive, say in Brazil, an institution, like Slavery, dead in those countries whose progress, culture, enthusiasm and ideas do influence our social growth, are, so to say, the intellectual High Lands whose waters run down to us, we must bring as much as possible that doomed institution under the influence of foreign progress so as to contrast moral death within with moral life abroad. As no greater service could ever have been done to the American Union than that which W. L. Garrison attempted to render to his country — of raising in England an unanimous sympathy with the work of the Abolitionists, so we, Brazilian Abolitionists, consider that no greater service could be done to Brazil than to have all the world condemning slavery as piracy, since such a decree of the International Law would be echoed by her, to her own ransom and to her own freedom much sooner than our voice.

I might point out too that foreigners of all countries hold slaves here and by thus sharing the profits and the fate of slavery, they give it in the mind of our people, the sanction of their respective nationalities. The American Abolitionists were not mad to wish for foreign intervention of any kind, they only wished to cut the direct and indirect foreign feeders which swelled the slave interest and prestige, and instead to draw to their own side the moral influences of abroad which have power on American ideas and warm or render active the national feelings. If this is want of patriotism as Mr. Golden Smith implies, then patriotism as such a narrow, backward and jealous feeling, has to be greatly improved before it becomes a tie of good will, freedom and justice to the different nations of the world.

I hope, Sir, you will excuse the length of this reply written with all the respect I always felt for such a teacher of political morals as Mr. Goldwin Smith. But it was painful to me to have the two chief accusations made here against us — 1st that we are Communists, because we do not recognize the right of the slave-owner to compensation and say that slavery is simply an unjustifiable oppression for the sale of individual profit to which the State is not held to give any support, but on the contrary is bound to stop at once, and secondly that we are no friends of our country because we

ask for the sympathy of the world-thrust at us by the eloquent writer in whose pages we saw slavery denounced as the basest and the greatest crime of history. As for want of patriotism, let me add one last remark — which as the less patriotism is to denounce crimes of slavery to the world as the best means of putting the ruling classes and the governing institutions on their trial and making them ashamed of the oppression in which they are accomplices, or in allowing foreigners to hold as their property, to flog and to debase, men who will be to-morrow by virtue of the law, Brazilian citizens, Brazilian voters and Brazilian soldiers?

I am, Sir,

Very obediently yours,

Joaquim Nabuco

Pernambuco, September 16, 1887

Dear Mr. Allen:

I was elected yesterday here by a vote of 1407 against 1270 given to the Minister of the Empire, namely by a majority of 137!

It is a tremendous victory for our cause because such a defeat of the Government in the person of one of his leading members.

From the last election we had a gain of 659 votes.

Right of public meeting was suspended, a meeting was dispersed by the cavalry, one man being killed and several wounded, the greatest pressure was put on the public functionaries, bribery with public moneys was largely employed and still the result was the crushing defeat of the Minister — such a victory being a new departure in our life — a grand new event in our history!

I congratulate the friends of Abolition on our triumph.

It is impossible to give you an idea of the enthusiasm that this act of independence and abnegation of the Pernambuco electorate is causing throughout the country!

Yours very truly,

Joaquim Nabuco

Private

Rio, January 8th, 1889

Dea Mr. Allen:

I had the honour of presenting the Anti-Slavery address to her Imperial Highness who received me for that purpose in deputation with Mr. Rebouças, Mr. Gusmão Lobo, another correspondent of the Society not being able to be present. Her Highness asked me to send your Society her hearty thanks for the sentiments you expressed to her.

I am not going this year to Europe. Strange to say the slave-owners have declared themselves, in large numbers, adverse to the throne and we have now an important republican faction to contend with. It was a very daring, bold thing, what the Princess did but I trust in God she will not lose her throne for it.

After all you did not come to Brazil during the slavery period, will you come now? Only the crossing would do you good.

Many kind messages for a happy New Year to your family No. 1 and to the Society, your family No. 2.

Your sincere friend,

Joaquim Nabuco

33 Avenue Friedland
Paris, February 10th, 1900

Dear Sir:

As I worked so cordially with the Anti-Slavery Society when fighting against Slavery in Brazil, and I had the privilege of representing it together with dear Mr. Allen at the Milan Congress of 1883, I am at your service for anything you think usefull with regard to your noble and great cause. In this general answer is comprised the first demand you make for my services, to which I have great pleasure in complying. I am glad to see Mr. Allen had the privilege of having for his successor one of the patrician Abolitionist family of the Buxtons, who has inherited the spirit that made their name ever memorable.

I am, Sir,

Yours truly,

Joaquim Nabuco

Pau, May 3rd, 1900

Dear Mr. Allen:

Only one word to thank you and the Committee for kind congratulations so heartily sent and which I now receive. I will answer officialy when I find the constant moving from place to place of the last weeks at an end. But there is a misunderstanding in the news given. I have been appointed Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to England, it is true, but not to replace my friend Souza Correa, only on a Especial Mission, which cannot last long. However it is it will give me immense pleasure to go back to London and find myself again near you, whose friendship is sweeter and sweeter while it grows older.

My kindest regards to Mrs. Allen and all yours and believe me, my dear and good friend,

Yours very truly,

Joaquim Nabuco

Pougues les Eaux
June 7th, 1900

Dear Mr. Allen:

I beg you to convey to the Committee of the Anti-Slavery Society my deep sense of the honour done me by its vote and my sincere appreciation of the recollection they keep of our old and friendly relations. At the same time I must inform you that it is not to the permanent post in London I have been appointed, but to an Extraordinary Mission.

I have the honour to be, dear Mr. Allen,

Yours sincerely,

Joaquim Nabuco

St. Germain en Laye
Pavillon Louis XIV July 15th, 1900

Dear Sir:

I am sorry if I were to disappoint you, but I am not able to send the promised paper in time for the Congress, as the books I wanted for writing it are still delayed. What relieves my mind is that I hardly could treat, for want of special information of the part your Society took in the struggle for the extinction of the slave-trade and slavery with us, which in a paper coming from it or under its *auspices*, ought to be a feature. I was a little discouraged too from writing as the list sent me by the organizers of the Congress only included subjects dealing with the pending questions and issues in your path, and not with historical subjects, such as Abolition of Slavery in South or North America.

Meanwhile as I will do my best to be present to the meeting of the Congress, on account of your invitation and of the one I received from the organizers to represent Brazil, we will talk the subject over, if I am able to attend and what could not be written might perhaps take the form of a Resolution.

Believe me, dear Sir,

Faithfully yours,

Joaquim Nabuco

BRITISH & FOREIGN ANTI-SLAVERY SOCIETY

55, New Broad Street
London, 16th May, 1888

My dear Nabuco:

It is impossible for me to find words sufficiently strong and impressive in our poor northern tongue, to convey to you the pleasure and heartfelt congratulations, which we all desire to offer you on the accomplishment of the great work of Liberation to which you and your good Father before you had devoted your lives.

The telegram on Saturday last, briefly announced that 'The Brazilian Chamber of Deputies had voted the immediate and unconditional abolition of Slavery in Brazil'. Then in a few days we heard that the Senate had confirmed it, that the heart of the dying Emperor had beat with fresh vigour at the great news which had been flashed across the waters of the broad Atlantic — that ocean over which, in days gone by, so many thousands of Africans had been born to feed the greed of the Planters in Brazil. I am glad the good old Monarch has lived to see this day. What the effect will be on the mighty army of bondmen it is too early to predict, but I believe the Slaves will fall into their proper place under the new conditions with very little disturbance of the equilibrium of the Empire. My first impulse was to telegraph you the congratulations of this Society, but as it would have cost about 4 pounds I had to forego this luxury and content myself with the slower postal route. You would know that we rejoice in your success and thank God for this great victory.

I am writing these few lines to go by the first Mail that may be starting before our regular mail and I hope you will receive these without any delay.

The Reporter also goes herewith. You will see I have been to Egypt in which country a work for emancipation is gradually going on. I trust I may live to see all Slavery put down in Egypt as it is in Brazil. *Now* no Christian power holds any slaves and the abomination is left for Mohammedans and heathens to carry out. This is a great advance in moral and religious progress and in time the Mohammedans must follow so good an example.

At our next Committee Meeting in June some Minute will be officially passed to word this great event of Emancipation in Brazil, but meanwhile you will, I hope, safely receive this message of hearty congratulation on behalf of all english Anti-Slavery people, many of whom have not yet realized how great is the boon which the Brazilian Parliament has given the World. It ought to inspire the soul of the Old Poet of Freedom, the Quaker, Whittier, and make him chronicle the great event in lines of fire.

Mrs. Allen and my family join me in personal congratulations to yourself — the "Cœur de Lion" that has so long led the "forlorn hope" of the army of freedom and has now given the thundering blow that has burst asunder the last iron link in the chain of Slavery. Hurrah! and, The Deum Laudamus.

Very sincerely yours,

Chas. H. Allen

Senhor Joaquim Nabuco

André Rebouças
Rio de Janeiro, 10th July, 1888

Dear Sir:

I beg to hand you the number of "O Paiz" with a quotation of your estimable letter to my friend Joaquim Nabuco.

This important topic was published exactly in the day of the discussion of a bill of Indemnisation proposed by Cotegipe in favor of the ancient slave-holders.

So its effect was excellent and all the Brazilian Abolitionists are very grateful to you for your good assistance in so momentous questions.

With my best compliments I remain, my dear Sir

Yours Sincerely

André Rebouças

Member of the Anti-Slavery Society

Ed. Sturge, Esq. - London
Anti-Slavery Society

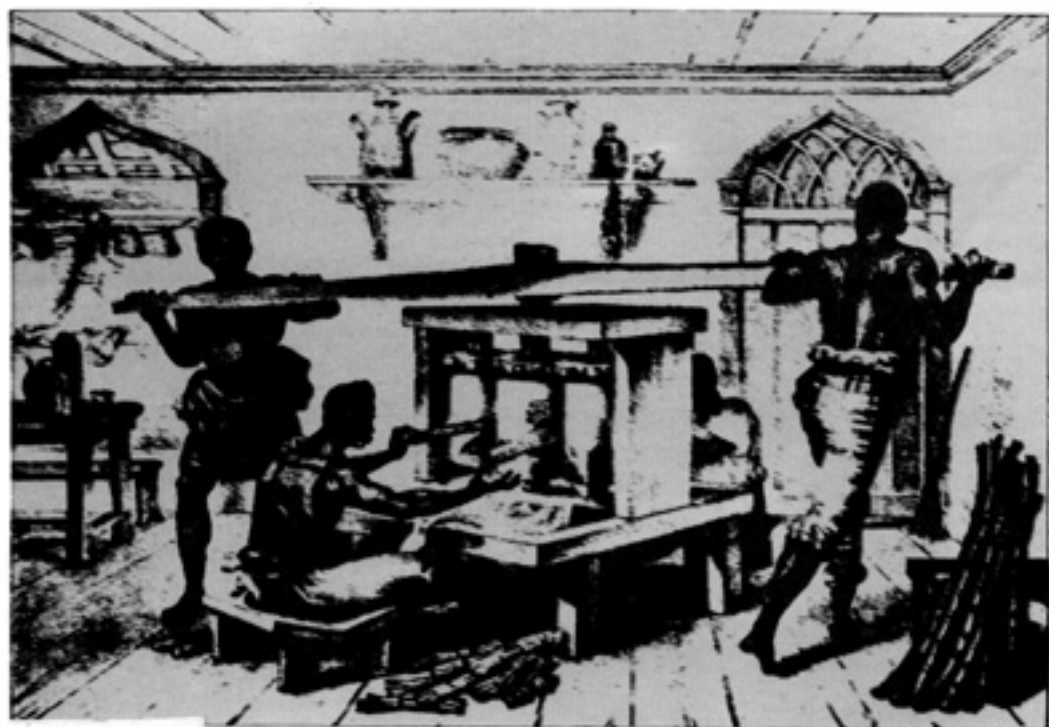


Composto na Editora Massangana, da
Fundação Joaquim Nabuco e impresso na
Liber Gráfica, em dezembro de 1985, ano do
Cinqüentenário de falecimento do poeta
Fernando Pessoa, tricentenário de nascimento do
Compositor Johann Sebastian Bach,
Ano Nacional da Cultura e Ano Internacional
da Juventude, dentro da Década
Internacional da Água Potável.

Cartas aos Abolicionistas Ingleses



Joaquim Nabuco



082.1
N117C
AJN

Cartas aos Abolicionistas Ingleses

Este livro é um documento: as cartas que reúne são um testemunho da ação abolicionista de Nabuco. De um Nabuco extremamente lúcido na defesa de seus ideais. Uma defesa de princípios e valores que transcende as próprias fronteiras do país. São cartas que dão uma medida exata da prioridade libertária do grande homem público.

Inteiramente inéditas até hoje, estas Cartas constituem um valioso subsídio para o estudioso e o pesquisador. Trata-se da correspondência ativa de Nabuco com a *British and Foreign Anti-Slavery Society* (Sociedade Inglesa e Estrangeira Contra a Escravidão), cujo exemplo e perfil foram decisivos para a criação, por parte de Joaquim Nabuco, em 1880, da *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*.

Organizada e apresenta-

minC
MINISTÉRIO DA CULTURA

Fundação Joaquim Nabuco 

ISBN 85-7019-071-9

da por José Thomaz Nabuco, filho do notável pernambucano, *Cartas Aos Abolicionistas Ingleses*, no original inglês, é obra destinada a historiadores, sociólogos, políticos, pesquisadores e estudantes. Seu aparecimento é, por notórios motivos, uma honra para a Fundação Joaquim Nabuco, casa de cultura e de pesquisa que tem no autor destas cartas uma permanente inspiração.

Esta obra, ao lado do *Catálogo da Correspondência de Joaquim Nabuco*, também da Editora Massangana, é mais uma fonte de consulta sobre a vida e a obra do grande político, dando continuidade à contribuição editorial da FUNDAJ no que toca à edição de documentos culturais de alta importância.

Registre-se, finalmente, os agradecimentos da Editora Massangana a Rhodes House Library, de Oxford, pelo fornecimento dos microfiches de originais que possibilitaram esta edição pioneira.